

Providências já foram pedidas por Raupp ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal

Raupp teme novo conflito com índios por diamantes

Valdir Raupp promete apresentar nesta semana requerimento para que senadores investiguem situação na Área Indígena Roosevelt, em Rondônia, que voltou a ser invadida por garimpeiros nos últimos dias.

PÁGINA 9

DESARMAMENTO

O projeto que regulamenta a realização de referendo sobre a proibição de armas de fogo e munição no país deve ser incluído esta semana na pauta da Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito por Severino Cavalcanti.

PÁGINA 10

PLENÁRIO

Acordo deve permitir que o Plenário do Senado vote na quarta-feira a medida provisória que cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. A MP está trancando a pauta de votações.

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 17

FRASES

Página 17

VOZ DO LEITOR

Página 17

CONHEÇA O SENADO

Página 19

O dia em que os militares entregaram pacificamente o poder aos civis representou o maior acontecimento político da história recente do Brasil

Festa da democracia: faz 20 anos que a ditadura acabou

Às 10h da manhã de 15 de março de 1985, José Sarney assumia, no Congresso, a Presidência da República, pronunciando o discurso que Tancredo Neves leria. Nesse mesmo dia, ele manteve os ministros escolhidos por Tancredo (que fora internado na véspera para uma cirurgia), entre os quais estavam Pedro Simon, Marco Maciel e Antonio Carlos Magalhães. Nesta

terça-feira (15), Simon, Maciel e Antonio Carlos, hoje senadores, discursarão em sessão especial do Senado, convocada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, para comemorar os 20 anos da redemocratização do país. O **Jornal do Senado** traz matéria especial sobre o fim da ditadura, com depoimentos de alguns dos principais personagens da transição.

PÁGINAS 4 E 5

TABAGISMO



Produtores de fumo devem receber ajuda na transição para outras atividades

Esquenta o debate sobre convenção que restringe fumo

PÁGINA 8

Prefeitos (e regiões) lutam por mais recursos

Congresso debate melhor distribuição de recursos entre União, estados e municípios. Marcha dos prefeitos mobilizou parlamentares.

PÁGINAS 6 E 7

Ministro diz que extinção do TCU seria retrocesso

Presidente do órgão, Adylson Motta diz que proposta de extinção representa "solução simplista, que denota total desconhecimento sobre o Tribunal de Contas da União".

PÁGINA 3

cidadania

Conheça os direitos do torcedor

O torcedor tem direito a transporte seguro e organizado e a segurança nos locais dos eventos esportivos antes, durante e após sua realização. Essas são algumas das garantias estabelecidas no Estatuto do Torcedor, que vigora desde maio de 2003. A norma instituiu também a figura do ouvidor da competição, encarregado de receber queixas e sugestões relativas à organização e à arbitragem.

PÁGINA 20

ORÇAMENTO Propostas de mudança no processo orçamentário e no controle de gastos são discutidas no Congresso

Como se vinculam os órgãos de fiscalização nos países

Para o controle de gastos públicos, dois modelos têm predominado, na maioria dos países: o dos tribunais de Contas e o das controladorias, como mostra o quadro abaixo:

TIPOS	PODER	PAÍSES
Cortes de Contas	Legislativo	Alemanha, Angola, Argélia, Bélgica, Benin, Brasil, Cabo Verde, Coreia, Espanha, França, Gabão, Gâmbia, Guiné-Bissau, Holanda, Ilhas Maurício, Itália, Japão, Líbia, Luxemburgo, Malásia, Moçambique, Mônaco, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Tunísia, Uruguai e Zaire.
	Judiciário	Grécia e Portugal.
Controladorias	Legislativo	África do sul, Argentina, Austrália, Canadá, Costa Rica, Dinamarca, Equador, EUA, Honduras, Hungria, Índia, Irlanda, Islândia, Israel, México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Reino Unido, Suíça, Venezuela e Zâmbia.
	Executivo	Antilhas Holandesas, Bolívia, Cuba, Finlândia, Jordânia, Namíbia, Paraguai e Suécia.
	Nenhum	Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Panamá, Peru, Porto Rico, República dominicana e Suriname.

Fonte: Renato Brown, 2002

Propostas para novo modelo de controle de gastos

A aspiração de mudar o modelo de controle e fiscalização dos gastos públicos no Brasil não é nova. Tramitam nas duas Casas do Congresso quase 50 proposições de mudanças nos tribunais de Contas, das quais pelo menos três extinguem o TCU, sendo que uma delas cria uma Auditoria Geral da União, em moldes semelhantes ao proposto pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR), em conjunto com as consultorias técnicas de Orçamento do Senado e da Câmara.

Essa auditoria, seguindo o modelo de países como Estados Unidos e Inglaterra, seria ligada ao Legislativo e perderia o poder de julgar e aplicar sanções, como compete ao TCU. Essas atribuições passariam ao Judiciário. O auditor-geral, intitulado de controlador-geral da União na proposta de emenda à Constituição (PEC 193/00) que tramita na Comissão de Constituição e

Justiça da Câmara, teria mandato de dez anos e seu nome seria escolhido pelo presidente da República de uma lista tríplice apontada pelo Congresso.

Separação de funções para agilizar trabalhos

Pelo menos dois consultores do Senado, Renato Brown e Alexandre Amorim, também sugeriram mudanças no modelo atual, publicadas em trabalhos e livros. Os dois sugerem reestruturar o TCU, com separação de funções para agilizar os seus trabalhos. Amorim propõe uma diretoria geral englobando toda a área técnica, para auditorias operacionais e avaliações de programas de governo. Brown defende que isso fique a cargo de um órgão vinculado ao Legislativo. O colegiado de ministros, que deixariam de ser vitalícios e teriam mandatos definidos, pela proposta de Amorim, julgaria as irregularidades.

Falta de acordo emperra mudanças no Orçamento

A 19 dias do seu término, previsto para 1º de abril, a comissão mista especial para reformular as regras do Orçamento, criada pelos presidentes do Senado e da Câmara, não conseguiu ainda escolher o presidente e o relator.

Depois de duas tentativas de fechar acordo para a escolha dos nomes, a comissão emperrou em questão de ordem levantada pelo deputado Fernando Coruja (PPS-SC) sobre o número de integrantes estabelecido no Regimento do Congresso para as comissões mistas temporárias. A dúvida é se seriam 11 senadores e 11 deputados, ou se seriam admitidos os oito parlamentares de

cada Casa, já indicados para compor o colegiado. A questão deverá ser respondida por Renan e por Severino.

Enquanto isso não ocorre, cresce entre os integrantes da Comissão de Orçamento a avaliação de que mais uma vez a Resolução 1 do Congresso, que disciplina a tramitação das propostas orçamentárias, terá de ser prorrogada, como ocorreu no ano passado. Com prazo de um mês para o Executivo enviar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os congressistas teriam cada vez mais dificuldades para construir, em tempo hábil, um entendimento sobre novas regras.

Motta: extinção do TCU seria retrocesso

Defensor de uma aproximação maior entre o Congresso e o Tribunal de Contas da União (TCU), instituição que preside desde janeiro, o ex-deputado federal e constituinte gaúcho Adylson Motta diz que a extinção do TCU é “uma solução simplista” e que a criação de

uma auditoria geral não resolveria os problemas de controle e fiscalização dos gastos públicos. Motta, que ofereceu aos presidentes do Senado e da Câmara colaboração nos estudos para mudar as regras do Orçamento, concedeu a seguinte entrevista ao **Jornal do Senado**.



É viável a criação de uma auditoria geral semelhante à existente nos Estados Unidos,

em substituição ao TCU?

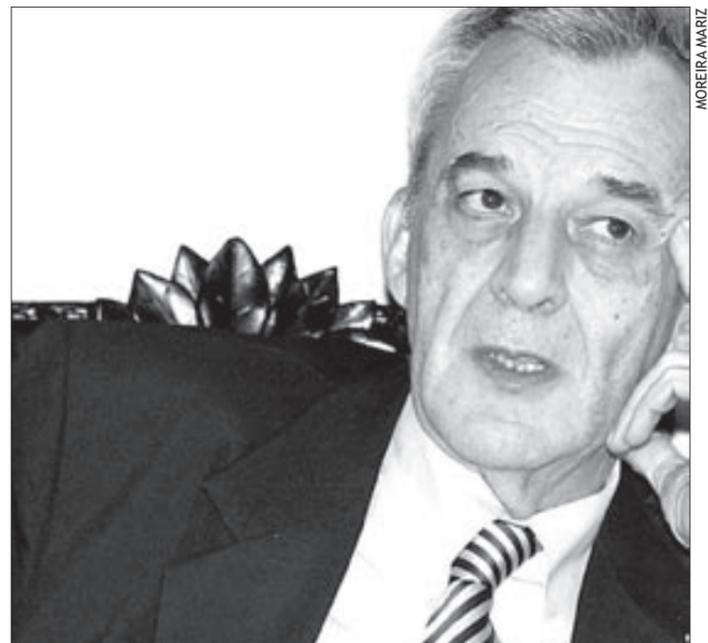
Motta – Sou contrário a essa proposta. Seria uma regressão. A extinção do TCU é uma solução simplista, que denota total desconhecimento sobre o Tribunal de Contas. Aprendi a admirar o nosso modelo, inspirado na Corte de Contas francesa, instituída por Napoleão Bonaparte. Ele é adotado em países europeus como Itália, Espanha e Alemanha, e alguns da América Latina, como Uruguai e Brasil. Criado há 114 anos, o TCU foi concebido por Rui Barbosa como um órgão neutro, localizado, como ele dizia, entre a legislatura e a judicatura, sem subordinação ao Congresso, ao Judiciário, e muito menos ao Executivo, com isenção e autoridade para exercer a sua função fiscalizadora. Tanto é que fiscalizamos todos os lugares onde há dinheiro público sendo utilizado, seja o Congresso ou o Supremo Tribunal Federal.

O TCU não tem um excesso de atribuições, como apontam os críticos desse modelo, com morosidade nos julgamentos e ingerência do colegiado no funcionamento da auditoria?

Motta – Não conheço ninguém no mundo que goste de ser fiscalizado. A crítica que se faz hoje ao TCU será feita amanhã ao auditor-geral. Só que ele, por ser subordinado diretamente ao Legislativo, estará mais sujeito a pressões e será mais um repassador de informações. O colegiado possui a vantagem de ter várias cabeças pensando, com poder de decisão e de julgar contas. Além do mais, a auditoria terá que ter uma estrutura igual ou superior à do TCU para funcionar, e ainda sem poder de decisão. Por enquanto, a proposta é de uma auditoria pública. Mas poderá surgir novamente a idéia de auditoria privada independente, porque esse é um grande filão. O que cessou essa onda no Brasil foi o escândalo nos Estados Unidos envolvendo empresas de auditoria como a Price Waterhouse.

O que o sr. propôs nas visitas que fez aos presidentes do Senado e da Câmara, na semana passada?

Motta – A Constituição de 1988 proporcionou ao TCU um salto monumental. Mas é preciso aprimorá-lo. Visitei os dois e os presidentes das comissões



Presidente do TCU, Adylson Motta lembra que o órgão também faz auditorias para avaliar se as despesas são úteis para a sociedade

de Fiscalização das duas Casas para procurar uma aproximação maior com o Congresso. Ficou acertado que haverá uma reunião entre técnicos do TCU e das comissões para trocar idéias e apresentar sugestões que melhorem as condições do Orçamento. Desde que começamos a auxiliar mais de perto essas comissões e a de Orçamento, houve uma melhora sensível na aplicação dos recursos federais. Em decorrência da CPI das Obras Inacabadas, que deu uma contribuição extraordinária para racionalizar os gastos públicos, começamos a elaborar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2000, uma lista de obras com indícios de irregularidades graves, sugerindo a suspensão de recursos federais. E isso tem sido acatado pelo Congresso. Essa providência está acabando com a prática de descontinuar obras por interesse político.

Quais são as sugestões para aprimorar o TCU?

Motta – Em setembro, vamos realizar pela primeira vez no Brasil um encontro do comitê internacional que congrega os órgãos de fiscalização de 34 países. Vamos debater alternativas de desestatização, como as parcerias público-privadas (PPPs), concessões e privatização. Também conseguimos aumentar o número de técnicos e aperfeiçoar o seu treinamento. Outra providência é agir preventivamente.

Isso agiliza os trabalhos do Tribunal de Contas?

Motta – Sem dúvida. Vamos fazer, entre 17 de março e início de julho, 31 encontros com prefeitos que assumiram neste ano. Levaremos informações básicas sobre leis, como a de Responsabilidade Fiscal e a de Licitações, que se não forem cumpridas trarão consequências sérias para eles, como inelegibilidade, cadeia, multas e outras punições. Essa é uma iniciativa, com apoio financeiro do BID, em parceria com órgãos estaduais e federais. Essa é uma forma de ação preventiva, porque a maioria comete erros por falta de informação.

Há outras providências?

Motta – Antes nos detínhamos nas auditorias de conformidade: aquelas que verificam se as despesas realizadas obedecem a parâ-

metros legais. Hoje, para surpresa de alguns, fazemos também as auditorias de avaliação de eficiência e eficácia de programas de governo. Às vezes, tudo está feito dentro da lei, só que não tem utilidade para a sociedade, como construir uma estrada onde não passa ninguém. Temos recolhido ensinamentos valiosos da Inglaterra e do Canadá, fortalecendo nossa estrutura de fiscalização de obras. Criou-se uma secretaria de obras, que agora está sendo reforçada. Outra providência foi a exigência de projeto básico da obra para liberação de recursos, que sugerimos na LDO de 2004. O metrô de Brasília, por exemplo, não tinha projeto global, fazia por trechos.

Mais informações sobre o TCU na página 11.

REDEMOCRATIZAÇÃO Data será lembrada com sessão especial, missa solene e recepção na residência oficial

Senado festeja 20 anos de democracia

Os 20 anos da redemocratização do Brasil serão comemorados nesta terça-feira, às 15h, em sessão especial convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Os senadores Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Pedro Simon, que integraram o Ministério da Nova República, discursarão na solenidade. O último orador será José Sarney, vice-presidente eleito que assumiu o Palácio do Planalto no lugar de



Tancredo Neves, que fora internado para uma cirurgia, na véspera da posse. Às 18h, os senadores se dirigirão para a Catedral Metropolitana, onde assistirão à missa a ser concelebrada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, e pelo arcebispo militar do Brasil, dom Geraldo do Espírito Santo Ávila. Às 21h, na residência oficial, Renan receberá os senadores e políticos que participaram daquele evento.

País precisa resgatar agora a dívida social, afirma Renan

Autor do requerimento para a realização de sessão especial destinada a celebrar os 20 anos da redemocratização do país, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirma que as dívidas com o passado estão pagas, e que é preciso olhar o presente.

– Agora, o Brasil precisa trabalhar para resgatar sua dívida social.

Renan tinha 29 anos e era deputado federal quando o Brasil se mobilizou para derrubar o regime militar, lutando pelas eleições diretas e, depois, pela vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Como vice-lí-

der do PMDB, ele atuou nessas duas campanhas.

– Tive a oportunidade de viajar pelo Brasil trabalhando pela reabertura do regime. Participei dos comícios e ajudei a fazer as mudanças. Fui com Tancredo e Sarney para alguns lugares do Brasil, principalmente Alagoas, para o grande comício que realizamos lá.

Hoje, Renan se diz feliz e orgulhoso por ter participado daquele momento histórico, considerado o mais importante de sua vida e que levou o regime militar a entregar, pacificamente, o poder aos civis.



Tancredo, entre Ulysses e dona Risoleta Neves, comemora sua vitória na disputa com Paulo Maluf

15/01/1985 - CÉLIO AZEVEDO

Maior fato político da história recente do Brasil

A entrega pacífica do poder pelos militares, há 20 anos, pode ser considerada o maior acontecimento político da história recente do Brasil. Dentre os políticos que viveram aquele momento e que estarão presentes na sessão especial desta terça-feira, às 15h, no Senado, o principal deles é José Sarney (PMDB-AP), que no dia 15 de março de 1985 assumia o governo no lugar de Tancredo Neves.

O senador – que 20 anos atrás, às 2h da madrugada, fora informado pelo general Leônidas Pires Gonçalves que subiria a rampa do Palácio do Planalto no lugar do presidente eleito, que fora internado –, diz hoje que não tinha noção do que poderia acontecer.

– Temíamos todos que pudesse haver um retrocesso, porque ninguém esperava que a tragédia da doença do Tancredo pudesse ocorrer – revela Sarney, ao lembrar as últimas palavras do general: “Boa-noite, presidente”.

Vinte anos depois, Sarney se refere à redemocratização como a mais competente, bem-sucedida e tranqüila das engenharias políticas que resultaram numa transição democrática no Brasil.

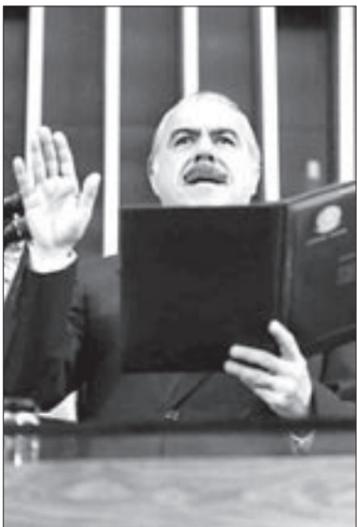
– Em toda a sua história, o Brasil nunca teve um período de democracia tão plena, ampla e duradoura como o destes 20 anos – avalia.

Os momentos cruciais dessa reconstrução democrática começaram em 14 de março de 1985, quando Tancredo, ao lado de familiares, foi à missa de ação de graças, no Santuário Dom Bosco, em Brasília.

Ao sair dali, com fortes dores, chamou o chefe do serviço médico da Câmara, dr. Renault Matos Ribeiro, para socorrê-lo.

Com um diagnóstico de apendicite, Tancredo foi levado para o Hospital de Base de Brasília e operado aos 37 minutos do dia 15, data em que deveria receber do general João Figueiredo a faixa presidencial. Os médicos anunciaram que ele padecia de diverticulite, reconhecendo posteriormente a existência de um tumor no intestino.

Ainda na madrugada do dia 15, o meio político se mobilizou para tentar solucionar o impasse a respeito de quem assumiria o poder. Segundo na escala sucessória, Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, era visto como a pessoa que deveria assumir. Mas o próprio Ulysses entendeu que vetar a posse de Sarney seria o mesmo que invalidar a eleição feita pelo Colégio Eleitoral.



No dia 15 de março de 1985, perante o Congresso Nacional, Sarney assume a Presidência

15/03/1985 - TADASHI NAKAGOMI/FOLHA IMAGEM

Engenharia política garantiu transição

José Sarney assumiu a Presidência da República perante o Congresso às 10h da manhã de 15 de março, pronunciando o discurso que Tancredo Neves teria e cuja essência fixava-se na prioridade de conter gastos públicos. Ele manteve os ministros escolhidos por Tancredo Neves, entre os quais estavam Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Marco Maciel (PFL-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS), que discursarão na sessão desta terça-feira. Também falará Jorge Bornhausen (PFL-SC), posteriormente escolhido por Sarney para compor seu ministério.

Para Sarney, essa transição demonstrou que o esquema armado por Tancredo Neves e conduzido por ele, Aureliano Chaves e José Richa, então governador do Paraná, havia tido êxito. Êxito que ele atribui

sobretudo ao general Leônidas Pires Gonçalves.

– Leônidas foi o ponto-chave. A ele deve o país, em grande parte, a tranqüilidade da transição.

Ao recordar esses 20 anos, o senador José Sarney sublinha que a redemocratização do país

ocorreu sem traumas, quando seu grande temor era um retrocesso.

– Acho que nós devemos aos políticos daquele momento a sabedoria de uma engenharia política que realizou a mais tranqüila das transições democráticas.



Já ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves visita o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães

CEDI/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Episódio na Bahia foi fundamental à campanha

A esperança dos militares de impedir o avanço da campanha de Tancredo começou a ser abortada em 4/9/84, aniversário do então governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães.

Sabedor de que o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, que defendia a candidatura Maluf, levava para a inauguração do aeroporto de Salvador dois discursos – um ameno e outro agredindo os que apoiavam Tancredo –, Antonio Carlos pediu a um amigo que o mantivesse informado.

Délio leu o discurso virulento, chamando de traidores os que não apoiavam o candidato do governo. Mal o amigo o informou sobre o discurso lido, Antonio Carlos já sabia o que

responder.

– Na mesma hora, dei uma resposta violenta. Eu realmente dizia que não era traidor e muito menos corrupto, porque corrupto era quem apoiava um

corrupto para presidente. De acordo com Antonio Carlos, a repercussão daquele gesto, por iniciativa de Roberto Marinho, dono das Organizações

Globo, teve significativo peso no processo de redemocratização. – Isso deu certamente o embalo para uma decisão do governo, que não foi concretizada, de me mandar para Fernando de Noronha. A idéia acabou não

vingando.

Antonio Carlos conta que Tancredo lhe telefonara para dar os parabéns pelo aniversário. Informado de que ele pretendia revidar Délio, Tancredo pediu-lhe

que não tomasse essa atitude.

– Eu disse a ele que iria fazer isso, porque isso lhe garantiria a posse como presidente da República quando fosse eleito. E de fato foi o que ocorreu. Isso teve realmente uma alta repercussão; foi o momento de maior popularidade que eu tive no Brasil. Passei a ser aplaudido quando andava pelas ruas, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

“A repercussão do gesto teve significativo peso”, afirma Antonio Carlos

REDEMOCRATIZAÇÃO

Protagonistas da redemocratização do país contam detalhes sobre os momentos que marcaram o fim do regime militar. Relatam, por exemplo, como o primeiro Ministério da Nova República foi montado e demonstram ainda hoje perplexidade com a doença que vitimou Tancredo Neves. Após 20 anos, dizem que a retomada da democracia trouxe esperança para uma população abatida pela ausência de liberdades. Confira, a seguir,



os depoimentos de José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações em 1985, Marco Maciel, que ocupou a pasta da Educação, Pedro Simon, escolhido por Tancredo Neves para o Ministério da Agricultura, Jorge Bornhausen, integrante do Ministério a partir de 1986, e Cristovam Buarque, chefe de gabinete do então ministro da Justiça, Fernando Lyra. Os três primeiros depoimentos foram concedidos à Rádio Senado.

ANTONIO CARLOS

“ Tancredo havia me convidado para ser o ministro das Comunicações, mas numa atitude inteligente disse que quem faria o convite para o cargo era Roberto Marinho. No entanto, Roberto afirmou que, para a indicação ser considerada forte, só o presidente da República deveria ser o responsável por ela. Assim, Tancredo me dizia que eu iria ser ministro, mas não anunciava para qual ministério.

Um dia eu disse a ele que muita gente já me perguntava qual pasta eu assumiria. Por isso, pedi que ele anunciasse logo sua decisão. Com um tapinha na perna, um costume de Tancredo em conversas com amigos, ele me respondeu que havia chegado a hora: um jantar da *Manchete* definiu meu nome.



Na missa em homenagem a Tancredo, no dia 14 de março de 1985, véspera da posse, ele me cumprimentou com uma batida no peito. Logo depois, às 21h15, eu estava recebendo a notícia de sua internação.

Fui para o hospital e vi a irmã de Tancredo entrar na sala de cirurgia. Depois da operação, os médicos disseram a todos, inclusive à esposa, dona Risoleta Neves, que estava tudo bem e que se tratava de uma diverticulite. Foi uma madrugada muito complicada, pois cogitou-se a possibilidade de que Tancredo tomasse posse ali no hospital. Já era mais de meia-noite, portanto, dia 15.

MARCO MACIEL

“ O não acolhimento da emenda Dante de Oliveira, que propunha o retorno das eleições diretas, deflagrou um processo político que teve suas conseqüências. A derrota da emenda gerou uma certa perplexidade, colocando ali duas questões que ficaram mais nítidas com esse episódio. De um lado, a sucessão presidencial, que já tinha seu processo deflagrado. Do outro, um processo de abertura política no país já iniciado e que tomou grande velocidade sob o governo Ernesto Geisel.

Naquela ocasião, tinham sido postas quatro candidaturas. A do Maluf trabalhava diretamente o Colégio Eleitoral, além de ser caracterizada pela heterodoxia por causa do tipo de apelo e de aliciamento que ele vinha fazendo. Havia também a candidatura de Aureliano Chaves, mas colocada de forma muito discreta, a de Andreazza e a minha candidatura.

Sempre tínhamos a idéia de que nós, sobretudo eu e Aureliano, seríamos capazes de buscar um nome de consenso que pudesse dar continuidade ao processo de abertura, algo que não se passava com Maluf.

Começamos um esforço para conseguir aliados e pessoas que aceitassem

JOSÉ SARNEY

“ Eu não sabia nada a respeito da doença de Tancredo. A minha impressão sempre foi a de que ele era um homem extremamente saudável. Para mim, foi uma surpresa muito grande quando ele foi acometido pela doença.

No dia 14 de março, depois de fazer meu discurso de despedida do Senado, fui informado de que Tancredo estava com problemas de saúde e que, possivelmente, logo depois de tomar posse e empossar o Ministério, ele teria que ser operado. Como fiquei muito surpreso, me tranqüilizaram dizendo que se tratava de uma coisa muito simples, uma possível crise de apendicite. Eu me lembrei que, quando estive com Tancredo pela manhã, ele havia me dito que estava com um problema na garganta e notei suas mãos frias, mas não percebi nada demais em relação a ele.

Depois da missa no Santuário Dom Bosco, mais ou menos às 21h30, recebi um telefonema de Aluísio Alves dizendo que Tancredo estava sendo internado no Hospital de Base. Me desloquei para lá e, ao encontrar Ulysses Guimarães, começamos a conversar sobre o que estava acontecendo. Começou então uma discussão sobre quem deveria e quem não deveria assumir a Presidência. Eu disse que só desejava assumir se fosse com Tancredo. Por ser parte, decidi me retirar. Em casa, até me recusei a ver o noticiário de televisão.

Às 2h da manhã, me ligaram dizendo que, após uma reunião na Câmara dos Deputados, as lideranças políticas tinham resolvido que, constitucionalmente, eu deveria assumir a Presidência da República e que isso deveria ocorrer às 10h da manhã.

JORGE BORNHAUSEN

“ A Frente Liberal, movimento dissidente do PDS que se aliou ao PMDB para possibilitar a eleição de Tancredo Neves e a volta da democracia ao Brasil, nasceu de uma ação consciente, organizada e corajosa de seus integrantes. Todos conheciam os riscos, que não eram poucos.

Os parlamentares e governadores que cristalizaram a dissidência sabiam que a chamada “ala dura” do Exército tentaria um retrocesso total no processo de abertura, ou, pelo menos, ameaçaria com tal possibilidade. Existia também o risco legal da perda de mandato dos parlamentares federais que votassem contra o candidato oficial do PDS, uma vez que a fidelidade



partidária estava inscrita na Constituição de 1967, então vigente.

A causa, todavia, era muito maior do que o risco. Significava a transição para a democracia plena, desejo de quase toda a sociedade brasileira naquele momento. Para nós, do PFL, a celebração do dia 15 de março é a celebração da nossa herança histórica. Na ocasião, renovamos o compromisso de aperfeiçoar o caminho democrático para melhorar as condições sociais do país.



não comparecer à convenção e, ao mesmo tempo, iniciamos também um trabalho com os delegados ao Colégio Eleitoral.

Daí veio a idéia de se fazer um documento que se chamou depois de Compromisso com a Nação, que foi o pacto constitutivo da chamada Aliança Democrática. Esta era caracterizada pelo entendimento da Frente Liberal – nome que foi batizado pela imprensa –, constituída pelos dissidentes do PDS, já representando um grande número de pessoas

do Colégio Eleitoral com expressão política nos respectivos estados e que estavam dispostos a um entendimento com o PMDB. Esse documento foi, na minha opinião, a peça fundamental da nossa mobilização. Então veio aquela frase de Tancredo: ‘Vou ao Colégio Eleitoral para destruí-lo’, querendo dizer que desejava ser, com isso, a transição. Naquela ocasião, Tancredo se preocupava com a questão de dar um foco ao governo republicano. Por isso ele dizia que faria uma Nova República, oferecendo algo novo ao país.

PEDRO SIMON

“ Nós conseguimos o milagre de fazer a redemocratização dar certo de forma pacífica. Agora, se me perguntarem: ‘e de lá pra cá, as coisas foram feitas como deveriam?’, eu responderia que não, que ficou muito aquém. A democracia sim, mas a parte social é claro que não.

Antes da redemocratização do Brasil, passou-se por um momento em que o país estava às vésperas de uma convulsão, com movimentos que tentaram colocar em xeque a ditadura. A partir de 1970, a vida partidária brasileira passou a ter uma certa organização. Decidiu-se então lutar pelas Diretas Já, pela Assembléia Nacional Constituinte, pela anistia e pelo fim da tortura. Quando o movimento das Diretas Já foi para as ruas, conseguiu-se a mobilização que culminou com a vitória de Tancredo.

Para mim, 15 de março de 1985 foi um momento muito dramático. Tínhamos lutado na campanha das Diretas Já e sido derrotados pelo arbítrio na emenda Dante de Oliveira, quando Tancredo conseguiu levar às ruas a tese de derrotar o Colégio Eleitoral. Foi uma luta tremenda para mostrar a importância de Tancredo ganhar no colégio. Luta que foi crescendo até que, no final, todo o povo entendeu que era importante Tancredo se eleger mesmo no colégio.

CRISTOVAM BUARQUE

“ Quem viveu os tempos da ditadura sabe o quanto o Brasil avançou do dia 14 para o dia 15 de março de 1985. Reconhece também os avanços posteriores. Mas, se alguém tivesse ido dormir no dia 14 de março de 1985 e acordasse hoje, veria um país diferente, com algumas coisas parecidas e algumas até piores do que antes.

A democracia estancou. E ela é como uma bicicleta: não continua se não pedalar para avançar. O avanço não está na liberdade que ela conquistou plenamente, mas na manutenção da liberdade ao lado de conquistas sociais. A democracia não sobrevive com injustiça social. Ela tem dois pilares: liberdade política e justiça social.



Nos últimos 20 anos, a elite brasileira continuou governando para os mesmos: para a indústria e não para a escola, para os aeroportos e não para as rodovias, para o ensino superior e não para a educação básica. A democracia brasileira submeteu-se ao poder dos que podem defender seus interesses e deixou de lado os excluídos, sem voz. O Brasil continuou o mesmo ao longo dos 20 anos de sua redemocratização.

Agora é tempo de comemorar o aniversário do fim da ditadura, mas também é tempo de refletir por que ainda é utilizado o mesmo modelo de exclusão dos militares. O Brasil mudou radical e positivamente nas liberdades políticas, mas continuou basicamente o mesmo no quadro social.



Eu considero o dr. Tancredo um herói. Morreu no mesmo dia da morte de Tiradentes e, tendo nascido na mesma cidade do Mártir da Independência, foi também esquartejado por seis ou sete cirurgias.

Então, analisando hoje, o dia 15 de março foi muito sofrido, apesar da certeza de que Sarney na Presidência da República significava mudança e a retomada da democracia. Ele assumiu e desempenhou seu papel com muita dignidade. Teve dificuldades, pois começou numa situação delicada, governando, por pouco mais de um ano, com um ministério feito pelo dr. Tancredo.

É claro que, em 15 de março, nós concordamos em tomar posse com Sarney, pois ninguém imaginava que o dr. Tancredo iria morrer. Mas, depois de 21 de abril, eu fui um dos que encabeçaram a tese de que o Ministério nomeado por Tancredo deveria renunciar para que Sarney pudesse fazer seu governo. Porém, naquela altura, com o impacto da morte de Tancredo, a posse do Ministério nomeado por ele daria mais credibilidade ao governo Sarney.

Considero peça fundamental documento com teses dissidentes do PDS

Tancredo conseguiu levar às ruas a luta pela derrota do Colégio Eleitoral

FEDERAÇÃO EM DEBATE

A busca de uma melhor distribuição de recursos entre os entes da Federação mobilizou atenções no Congresso, na semana passada. O tema esteve presente nas negociações da reforma tributária na Câmara dos Deputados, na 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos

Municípios, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que criou uma subcomissão dedicada aos municípios. O *Jornal do Senado* reuniu os principais aspectos desse debate.

Reforma tributária sai ainda em março

O Senado está à disposição para discutir em profundidade o municipalismo. O recado foi dado pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, durante a abertura da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

– Chegou a hora de construirmos uma agenda do que deveremos fazer na área do municipalismo e não ficar debatendo aquilo que não fizemos – afirmou Renan Calheiros aos milhares de prefeitos reunidos em Brasília.

Na opinião do presidente do Senado, a questão federativa passa por uma lei orçamentária que seja efetivamente cumprida. Dessa forma, disse, tanto estados como municípios poderão ter, desde a elaboração do Orçamento, uma noção clara da distribuição dos recursos públicos, melhorando o planejamento e o financiamento de suas ações.

Ao final do evento, os prefeitos aprovaram a Carta de Brasília, que contém a pauta legislativa de interesse dos municípios, em que defendem o acréscimo de um ponto percentual na parcela do IPI e Imposto de Renda destinada ao Fundo de Participação dos Municípios, que passaria de 22,5% para 23,5%, e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). As reivindicações constam da proposta de emenda à Constituição que altera o sistema tributário (PEC 285/04), que está em tramitação na Câmara.

Já aprovada pelo Senado, essa segunda etapa da reforma tributária deve ser votada pelos deputados no dia 29 de março, de acordo com promessa feita pelo presidente da Câmara, Severino Cavalcanti.

Renan discute com prefeitos alternativas para crise financeira

O presidente do Senado recebeu na semana passada o prefeito de São Paulo, José Serra, para tratar das dívidas dos estados e municípios. O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), o líder Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) participaram da reunião.

– O acerto da questão da dívida passa pelo Senado. O presidente Renan revelou disposição para manter a responsabilidade fiscal no Brasil – declarou José Serra, que pediu ajustes nos limites de endividamento dos entes da Federação.

Renan também recebeu na última semana mais de 60 prefeitos de Alagoas, que querem a votação final da reforma tributária na Câmara para aliviar a situação financeira dos municípios.

– Os municípios enfrentam grave crise e os acordos firmados com o governo federal no final de 2003 têm que ser cumpridos – afirmou a presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, Rosiana Beltrão, prefeita de Feliz Deserto (AL).



Abertura da marcha dos prefeitos contou com a presença do presidente Lula e do presidente do Senado, Renan Calheiros

Criada subcomissão dedicada aos municípios

A missão de melhorar o diálogo entre municípios e União também é função do Senado. Com essa visão, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por requerimento do seu presidente, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), criou a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

– Com a subcomissão, a tese municipalista ganha mais espaço político no Congresso – afirmou Luiz Otávio.

No entender dos senadores da CAE, a subcomissão se empenhará em formular propostas para solucionar problemas crônicos enfrentados pelos municípios, principalmente nas áreas de saúde, educação, emprego e segurança.

Entre outras competências, o colegiado irá estudar e propor alternativas para o desenvolvimento econômico-social e a viabilidade financeira das cidades.

Apoio à reivindicação de aumento no FPM

Durante a semana passada, senadores se revezaram na tribuna para, entre outras medidas, cobrar da Câmara a aprovação da proposta que aumenta de 22,5% para 23,5% o percentual da arrecadação do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) repassado para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A medida integra a PEC da reforma tributária e já foi aprovada pelo Senado, graças a acordo com o Executivo. Dessa forma, as cidades poderiam ter R\$ 1,2 bilhão a mais, anualmente.

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) chamou a União de “dreno financeiro”, por aumentar sua fatia no bolo tributário, apesar de repassar responsabilidades para prefeituras, sem fazer transferências.

– O governo federal negocia o que não lhe pertence.

O IPI pertence aos estados e municípios – reclamou, ao criticar a redução da alíquota do tributo para a indústria automobilística.

Nessa linha, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) considerou que os prefeitos devem voltar a ter pelo menos 17,5% da arrecadação, enquanto o senador Osmar Dias (PDT-PR) lamentou os reduzidos repasses feitos pela União.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse acreditar que a Federação caminha para a destruição, situação

que também preocupa o senador Hélio Costa (PMDB-MG), que defende a reestruturação do pacto federativo.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que os municípios do interior correm o risco de ir à falência e deixar o povo sem saúde, educação ou saneamento básico. Ele acrescentou que a dívida com a Previdência faz com que as prefeituras ultrapassem o limite de endividamento de 13% da receita, definido por lei.

Além das reivindicações dos colegas, apoiadas ainda pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), o senador João Ribeiro (PFL-TO) encampou a demanda dos prefeitos de transformar em permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujo fim está previsto para 2006.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) observou que os prefeitos não vieram com o pires na mão, mas com dados convincentes. Ele lamentou que as negociações com os ministérios não produzam efeito. Para Romeu Tuma (PFL-SP), Brasília se transformou em um vale de lágrimas.

Em nome de prefeitos de Roraima, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou da burocracia enfrentada para receber recursos federais.



Participação dos entes federados na receita tributária nacional



Fonte: Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) com dados da Secretaria da Receita Federal (ano base 2002).
* Estimativas ajustadas à base de 2002.

Estudo mostra que União avança sobre divisão de recursos

A Constituição deu força aos municípios, mas, gradualmente, a União aumentou sua participação na divisão dos recursos tributários, diminuindo a fatia municipal. Essa constatação faz parte de levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que pede a retomada da tendência municipalista do texto de 1988.

Dados apresentados pela entidade demonstram que a participação dos estados e dos municípios no bolo tributário foi reduzida gradativamente desde a nova Constituição. Essa realidade se agravaria ainda com o fato de os municípios terem incorporado nos últimos anos diversos encargos na prestação de serviços públicos, seguindo a filosofia de descentralização das iniciativas.

FEDERAÇÃO EM DEBATE

Recriação da Sudene depende de recursos

A recriação das superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) deve ser antecedida pela instituição de uma fonte de recursos que assegure a continuidade de uma política de desenvolvimento regional. Essa foi a questão central defendida pelo ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, na reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O ministro explicou que a indefinição em relação ao montante de recursos foi o motivo que o levou a pedir a retirada da urgência para os projetos de recriação das agências. Aprovados na Câmara, esses projetos aguardam parecer da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania do Senado.

A fonte dos recursos defendida pela equipe do Ministério é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que integra a reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados, com votação prevista para

o próximo dia 29.

Na proposta original enviada pelo governo ao Congresso em 2003, o FNDR seria gerido pela União e teria cerca de R\$ 2 bilhões (2% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados) para investimentos nas "regiões menos desenvolvidas do país".

– O projeto de recriação das superintendências está intrinsecamente ligado ao FNDR. Creio que sem o fundo, as novas Su-

dam e Sudene ficariam mancas, sem função – afirmou **Ciro**.

A proposta do Executivo foi alterada na Câmara e, mais tarde, no Senado mediante acordo. Porém, na segunda rodada de votação na Câmara, os governadores estão pressionando para serem os gestores dos recursos. Esse pleito, analisa **Ciro**, deixaria as agências sem recursos para operar.

Ainda assim, o ministro considera a recriação dos órgãos necessária, tendo em vista a vulnerabilidade das regiões Norte e Nordeste, que precisam da intervenção do Estado por conta da falta de infra-estrutura, financiamento adequado e pela defasagem tecnológica.

Ministro apresenta proposta à comissão

O presidente da CDR, senador **Tasso Jereissati** (PSDB-CE), rece-

Solução estaria no Fundo de Desenvolvimento Regional, afirma ministro



Presidente e vice da CDR, **Jereissati** e **Ana Júlia**, recebem o ministro **Ciro Gomes** (E) na primeira audiência pública da comissão

beu de **Ciro** documentos que detalham a proposta de política de desenvolvimento regional do ministério, desenvolvida com base em contribuições de técnicos e da comunidade acadêmica.

Jereissati reafirmou que a comissão está empenhada em apresentar um plano de desenvolvimento regional, inclusive

com proposições para recriar a Sudene e a Sudam num prazo de 60 dias. Nesta quinta-feira, às 10h, a CDR terá nova reunião sobre o tema.

No dia 22 de março, os senadores da comissão deverão ouvir o ministro da Defesa, **José Alencar**, sobre a crise na aviação civil brasileira.

Seca no Nordeste preocupa senadores

A falta de chuvas já anuncia o agravamento dos problemas do Nordeste. O alerta foi feito pelos senadores, que pediram ao governo a adoção de providências emergenciais e de políticas de longo prazo para superar os efeitos da estiagem.

Reginaldo Duarte (PSDB-CE) ressaltou que os meteorologistas já alertavam para uma forte seca no sertão nordestino nos meses de março e abril, e **Garibaldi Alves** (PMDB-RN) lamentou a falta de medidas de socorro às vítimas da seca. **Efraim Morais** (PFL-PB) também reclamou providências governamentais e informou que, somente na Paraíba, mais de um milhão de pessoas já enfrentam a seca.

Heloísa Helena (PSOL-AL) fez votos para que o Congresso consiga mudar a atitude do governo e **Mão Santa** (PMDB-PI) lamentou o desaparecimento da Sudene. **José Agripino** (PFL-RN) destacou a importância da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo como fórum para a discussão da seca.

Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou a burocracia do Ministério da Integração Nacional. O líder da Minoria, senador **Sérgio Guerra** (PSDB-PE), também disse que o governo não possui programas sociais de auxílio às áreas atingidas. Já o senador **Alberto Silva** (PMDB-PI) assinalou que no Nordeste, principalmente no semi-árido, não existe propriamente seca, mas "irregularidade de chuvas".

Transposição do São Francisco divide bancada regional

A senadora **Heloísa Helena** voltou a condenar a transposição das águas do rio São Francisco, por entender que o projeto é caro e corre o risco de não beneficiar a população, especialmente a mais pobre do sertão nordestino.

Em vez de uma obra "gigantesca", que, conforme observou, está sendo questionada por setores técnicos, o governo deveria recorrer a alternativas criativas e de baixo custo.



Reginaldo Duarte

O senador **Alberto Silva** sugeriu que metade dos R\$ 2,5 bilhões que serão usados no projeto seja usada para criar uma rede interligada de 40 açudes no Nordeste.

Já o senador **Fernando Bezerra** (PTB-RN), para quem a transposição não imporá qualquer tipo de prejuízo, considera incompreensível que alguns estados tenham se posicionado tão frontalmente contra o projeto.

Soja perde 60% da lavoura no Sul

A seca no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina é a pior das últimas décadas. Cálculos indicam que a perda da lavoura da soja já atinge aproximadamente 60% e a do milho, 57%. Os prejuízos podem chegar a R\$ 12,5 bilhões.

O senador **Pedro Simon** (PMDB-RS) informou que parlamentares e entidades ligadas ao setor irão entregar

documento sobre os prejuízos da seca na próxima semana ao governador **Germano Rigotto** e ao presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, que vai visitar a região. Entre as reivindicações, os agricultores pedem auxílio-estiagem, liberação imediata de recursos para a safra de inverno e prorrogação de financiamentos.

Já o senador **Paulo Paim** (PT-RS), que recebeu mais

de 100 prefeitos reclamando dos prejuízos, informou que a água para o consumo já começa a ser racionada.

O senador **Leonel Pavan** (PSDB-SC) frisou que a situação financeira dos municípios se agrava com as perdas de produção com a estiagem. Ao visitar o oeste do estado, ele narrou ter visto agricultores implorando apoio ao governo federal.

Ministério identifica áreas carentes de ação do Estado

O modelo de desenvolvimento regional proposto pelo Ministério da Integração Nacional, explicou o ministro **Ciro Gomes**, divide o território brasileiro em sub-regiões de acordo com a renda e a proporção entre população e participação no produto interno bruto (PIB), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o estudo apresentado pelo ministro aos senadores da CDR, as sub-regiões com baixo crescimento e baixa renda, que se concentram no Norte e Nordeste do país, são o principal desafio para o planejamento nacional de desenvolvimento regional.

– Esses são os espaços problemáticos no que se refere a desequilíbrios inter e intrarregionais. Esse conjunto territorial requer melhor articulação entre os ministérios, em especial naqueles que lidam diretamente com a questão da pobreza. A ação unilateral da política regional é

insuficiente, já que as condições de vida nessas áreas são precárias – afirma o documento, o que coincide com as diretrizes para a CDR já definidas pelo presidente da comissão.

Para dinamizar a economia e a sociedade das áreas mais pobres, a proposta do ministério cria marcos tecnológicos, envolvendo ainda ordenamento territorial, zoneamento econômico e ecológico e parcerias público-privadas (PPPs), com previsão de financiamento.

– As novas agências de desenvolvimento nada mais seriam do que as hospedeiras desses planos. Ficariam encarregadas de supervisionar, coordenar e fiscalizar. Seriam bastante enxutas e funcionariam como fóruns – explicou **Ciro**.

Os conselhos das novas superintendências seriam responsáveis por definir os projetos e os respectivos orçamentos, que seriam executados pelas prefeituras, estados ou pela iniciativa privada.



TABAGISMO

Convenção do tabaco volta ao debate



O Senado retoma ainda este mês o debate sobre a Convenção-Quadro para o Controle

do Tabaco, acordo internacional promovido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para reduzir a produção e o consumo do tabaco, em vigor desde 27 de fevereiro. O assunto deverá reacender na Casa a polêmica entre a área médica e os produtores de fumo do país.

O texto da convenção-quadro foi ratificado pela Câmara em maio de 2004. Encaminhado para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no Senado, passou para as mãos do senador Fernando Bezerra (PTB-



Audiência pública da CRE, ano passado: produtores gaúchos se opõem a adesão do Brasil ao acordo para controlar o tabaco

RN), designado relator.

Na semana passada, porém, o presidente da recém-criada Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), requereu o documento para submetê-lo ao colegiado, mas ainda não definiu

relator.

No dia 30, por exemplo, o senador Paulo Paim (PT-RS) promoverá em Brasília um encontro entre produtores de fumo do Rio Grande do Sul e senadores.

– Pretendemos expor a preocupação do setor com uma possível desarticulação da produção. Isso acontecerá caso a convenção seja ratificada sem que se defina uma regra clara de transição do tabaco para a produção de outras culturas, o que prejudicaria a economia de um estado que já está falido por causa da seca – alertou Paim, que fez questão de ressaltar sua posição contrária ao hábito de fumar e seu apoio a campanhas de combate ao vício causado pelo cigarro.

No ano passado, sob a presi-

dência do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a CRE promoveu duas audiências públicas sobre o acordo, uma em Brasília e outra em Santa Cruz do Sul (RS), município localizado na principal região produtora de fumo do país, o Vale do Rio Pardo.

– A meu ver, após esses debates será possível ratificar o acordo e recomendar ao governo que defina os passos da transição para novos tipos de culturas – afirmou.

Suplicy disse ainda que a convenção é “um acordo não-mandatatório, ou seja, ele não obriga o produtor a acabar com o cultivo de tabaco”, o que derrubaria o argumento de produtores que temem a fuga imediata de capitais após a ratificação pelo Senado.

Senadores médicos defendem ratificação

A discussão em torno do acordo mundial para controlar o tabaco perde o tom de disputa quando se trata de senadores médicos. Em coro, Mão Santa (PMDB-PI), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Papaléo Paes (PMDB-AP) colocam a preocupação com a saúde pública acima de qualquer outra.

– É uma convenção importantíssima, pois está mais do que comprovado cientificamente o malefício causado pelo fumo, e o pior é a propaganda, que incentiva o adolescente a fumar como se isso fosse uma coisa boa e, a partir daí, cria a dependência química – afirmou Mozarildo.

Segundo Mão Santa, “a nicotina traz vários malefícios, desde a ingestão, que provoca gastrite, úlcera, até o câncer, seja de pulmão ou até mesmo nos lábios, pelo contato com o cigarro”. O senador elogiou as medidas de restrição à propaganda tomadas pelo governo brasileiro e observou que o setor envolve inúmeros interesses. “No início dessa legislatura, por exemplo, votamos uma MP que prorrogava a propaganda de cigarro em



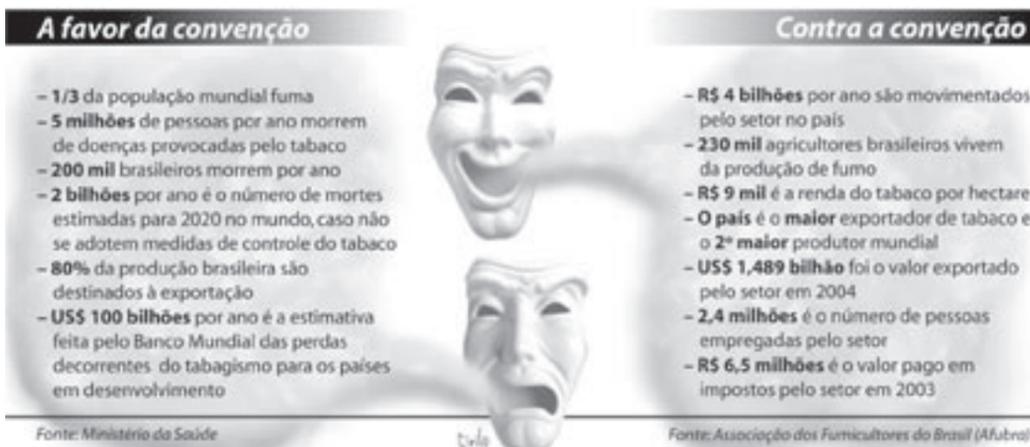
Papaléo Paes

carros da Fórmula 1 por causa de contratos fechados anteriormente”, lembrou.

Já Papaléo Paes tratou do assunto logo que a convenção-quadro foi elaborada, em 2003.

– O documento estabelece amplas e rigorosas medidas de restrição à propaganda e à venda do produto para assim reduzir o número de mortes atribuídas ao vício do cigarro, fator determinante da ocorrência de câncer, de doenças cardiovasculares e outras moléstias graves entre fumantes e os que deles estão próximos – afirmou Papaléo.

O tabaco em números



Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)

Disputa entre os lados usa até a Internet

Duas campanhas paralelas se desenrolaram desde que a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco foi assinada pelo governo brasileiro e enviada ao Congresso Nacional para ser ratificada.

Ambas têm por objetivo convencer os parlamentares de seus pontos de vista, por meio de um cadastro de apoiadores formalizado com o envio a todos os gabinetes de mensagens eletrônicas de seus manifestos. As duas promovem também enquetes virtuais sobre as ini-

ciativas de controle do tabaco. Cada uma a seu modo, usam a Internet para divulgar seus argumentos favoráveis ou contrários à aprovação do acordo.

De um lado, a organização não-governamental Rede Tabaco Zero (www.tabacozero.net) alia-se ao Instituto Nacional de Câncer (Inca), órgão do Ministério da Saúde, para cobrar do Senado a ratificação imediata do acordo, o que, segundo a entidade, abriria caminho para a definição de regras para substituir gradualmente a produção

de fumo por outras culturas, com o auxílio do Banco Mundial.

De outro lado, a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra, www.afubra.com.br) resiste à ratificação por acreditar que ela provocaria uma imediata fuga de capitais do país em razão da desconfiança dos investidores em um mercado que estaria fadado a acabar. Para os produtores de fumo, a ratificação do acordo depende da fixação de uma estratégia para diversificar a produção.

Tratado protege fumicultor, afirma Inca

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco rebatem os argumentos dos produtores de tabaco de que sua ratificação pelo Senado provocaria uma significativa perda econômica para o Brasil.

– O que está sendo divulgado pela indústria é que, caso o tratado seja ratificado, o Brasil vai perder dinheiro e emprego. Mas não existe essa relação de causa e efeito – afirmou a secretária-executiva da comissão, Tânia Cavalcanti, que também é chefe da Divisão para Controle do Tabagismo do Inca.

Ela informou que um dos objetivos da convenção é auxiliar os produtores de tabaco na transição para outras atividades

econômicas. O texto do acordo, esclarece Tânia, prevê a formação de um fundo internacional para arrecadar recursos que viabilizem alternativas para os países que dependem da produção do tabaco, entre eles o Brasil.

– A convenção oferece uma proteção para os fumicultores, mas não há interesse em divulgar essa informação – criticou.

De acordo com a secretária, o ideal seria que o texto fosse ratificado até o final de outubro, para que o Brasil garanta assento na primeira reunião da Conferência das Partes, em 2006.

A participação no primeiro encontro, afirma Tânia, é “deci-

siva para que o Brasil negocie os termos do acordo”. Na ocasião, serão definidas as regras de funcionamento da conferência, além dos mecanismos que garantam o financiamento da transição do fumo para outras culturas, como o apoio de organismos como o

Banco Mundial e outras instituições financeiras.

A secretária afirmou ainda que, embora a Afubra divulgue que os produtores de fumo são contrários à ratificação do texto, o Inca tem o apoio de instituições do segmento, a exemplo da Confederação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar do Sul e do Movimento dos Pequenos Agricultores.

O que prevê o acordo antitabaco

Redução da demanda

- aplicação de políticas tributárias e aumento de preços;
- proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em ambientes fechados;
- regulamentação dos conteúdos e emissões dos produtos derivados do tabaco;
- divulgação de informações relativas a esses produtos;
- desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os malefícios do tabagismo;
- proibição da publicidade, promoção e patrocínio;
- implementação de programas de tratamento da dependência da nicotina.

Redução da oferta

- eliminação do contrabando;
- restrição ao acesso dos jovens ao tabaco;
- substituição do tabaco por outras culturas agrícolas;
- restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura do tabaco.

Responsabilidade civil

- inclusão das questões de responsabilidade civil e penal nas políticas de controle;
- estabelecimento das bases para a cooperação judicial nessa área.

Pesquisas e programas de cooperação

- elaboração de pesquisas nacionais relacionadas ao tabaco e seu impacto sobre a saúde pública;
- coordenação de programas de pesquisas regionais e internacionais;
- estabelecimento de programas de vigilância do tabaco;
- cooperação nas áreas jurídica, científica e técnica.

Proteção do meio ambiente

- Garantir que o cultivo do tabaco e a produção de fumo respeitem o meio ambiente

Fonte: Instituto Nacional do Câncer, órgão do Ministério da Saúde

QUESTÃO INDÍGENA

Raupp teme nova crise por diamante



O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) vai apresentar nesta semana requerimento para que uma comissão externa do Senado investigue a situação na Área Indígena Roosevelt, em Rondônia, que voltou a ser invadida nos últimos dias por garimpeiros que exploram diamantes. Raupp, que relatou a medida provisória (MP 225/04) que autoriza a Caixa Econômica Federal a comercializar os diamantes brutos que estavam em poder dos índios, aprovada na terça-feira passada (8) pelo Senado, alertou para o risco de

novos conflitos na região, onde 27 garimpeiros foram mortos por índios cintas-largas no ano passado. O senador já enviou ofício ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e à Polícia Federal pedindo medidas de segurança para evitar um novo confronto.

A aprovação da MP reabriu a discussão no Senado sobre a exploração mineral em áreas indígenas. Valdir Raupp defendeu urgência para a regulamentação do dispositivo constitucional que permite a atividade como forma de coibir a violência que tem ocorrido em estados da Amazônia, como Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Pará. Embora a Constituição disponha sobre mineração em área indígena “desde que ouvido o Congresso Nacional”, ainda não há consenso sobre as normas que serão objeto de lei ordinária. Além dos projetos em discussão no Congresso, uma comissão especial discute o assunto no âmbito do Ministério da Justiça.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirma que existem hoje dois anteprojetos que tratam da questão mineral, mas lamenta que ambos “estejam parados na Câmara”.

O senador Aloizio Mercadante



ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM

A exploração ilegal de pedras preciosas em terras indígenas provocou no ano passado a morte de 27 garimpeiros na Área Indígena Roosevelt, em Rondônia; local voltou a ser invadido



Proposta de Estatuto das Sociedades Indígenas, de Mercadante, é de 1991

(PT-SP) propôs em 1991 o Estatuto das Sociedades Indígenas, que modifica o Estatuto do Índio e trata da regulamentação da mineração, demarcação de terras e tutela (PLS 2.057/91). E desde 1996 tramita o projeto (PLS 1.610/96) do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que regulamenta o aproveitamento de minérios em áreas indígenas.

– Enquanto não há definição

sobre esses assuntos, vemos riquezas minerais sendo contrabandeadas para outros países – disse o senador, que deu como exemplo a prisão feita pela Polícia Federal de integrantes da Cooperíndio que transportavam ilegalmente uma tonelada de ametista e de antalita na Amazônia. “Para se ter uma visão do contrabando é só questionar o fato de hoje o Paraguai, que

não dispõe de jazidas de ouro, ser um dos maiores exportadores desse minério”, exemplifica o senador.

O advogado do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Raul Telles do Valle, defende a regulamentação da exploração com salvaguardas em favor das riquezas naturais, “com regras que garantam a sustentabilidade das reservas e beneficiem as futuras gerações”.

Índios devem ser ouvidos para definir legislação

A discussão no Legislativo de projetos polêmicos envolvendo a demarcação de terras indígenas, a exploração de minérios e o fim da tutela exercida pelo Estado deveria ser postergada até a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em 2005. Essa é a opinião do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira.

Enquanto isso, o antropólogo defende a aplicação do Estatuto do Índio, que em 2005 completa 32 anos.

– O texto representou um marco para a questão indígena em sua época.

Pela primeira vez, o Estado se responsabilizava e garantia direitos e deveres para as nações indígenas brasileiras –, avalia o presidente da Funai.

A lei assegurou a demarcação das terras indígenas e a proteção do índio por meio da tutela. “A tutela não é impedimento de direito. Imagine os cem índios assurínis que vivem no Pará tendo que se representar diante do ataque de fazendeiros”, exemplifica.

A posição do antropólogo esbarra na reação contrária de alguns grupos indígenas como os tucanos, do Amazonas, que querem explorar ouro em seu território, e também dos

cintas-largas, beneficiados na semana passada com a medida provisória que autorizou, por tempo determinado, a venda de diamantes retirados ilegalmente da área indígena por garimpeiros.

As propostas de mudanças no Estatuto do Índio, de acordo com o antropólogo, partem não apenas do Congresso Nacional, mas de representações indígenas e de organizações não-governamentais. O presidente da Funai defende a elaboração de um projeto definitivo do governo federal, depois de ouvidos os índios.

O Estatuto do Índio, de 1973, foi um marco para a questão indígena

– Em relação ao garimpo, um grupo de trabalho integrado por técnicos da Funai e do Departamento Nacional de Recursos Minerais (DNPM) está estudando alternativas no Ministério da Justiça para definir critérios para a exploração – informa Pereira. O trabalho não deverá ser concluído este ano.

Esperar pela Conferência Nacional dos Povos Indígenas, na opinião do presidente da Funai, é uma forma de evitar prejuízos aos índios.

– Muitos desses projetos apenas indicam caminhos para se entrar em terras indígenas, burlando o Estatuto do Índio – afirma.

Aprovação de alvarás para pesquisas depende de regras sobre exploração

Desde a entrada em vigor do Estatuto do Índio, em 1973, a Fundação Nacional do Índio (Funai) recebeu mais de 5 mil alvarás de pesquisas em terras indígenas, expedidos pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM).

Eles só poderão ser aprovados após definição sobre a exploração mineral em áreas indígenas.

A pesquisa e a exploração mineral estão previstas na Constituição, desde que autorizadas pelo Congresso Nacional, e submetidas a consulta prévia junto às comunidades indígenas, que deverão ter participação nos lucros.

A Constituição determina, ainda, que uma lei ordinária es-



MÁRCIA KALUNE

Mércio Pereira, da Funai

tabeça as condições específicas para a garimpagem por parte dos índios.

– Se a Funai começasse a atender, hoje, a todos esses pedidos, não haveria antropólogos em número suficiente para consultar

os índios. O DNPM também não dispõe de técnicos para acompanhar tantos projetos. Precisaríamos, antes, criar no órgão uma diretoria de mineração –, explica o presidente da Funai, Mércio Pereira.

Há várias sugestões para a regulamentação. Uma delas prevê o pagamento de 2,5% de royalties sobre o produto comercializado aos índios.

A Funai sugere que sejam feitos estudos econômicos, antropológicos e sociais antes de qualquer permissão para pesquisa e prospecção.

Entre os índios ainda não há consenso: alguns grupos aceitam a exploração, desde que os royalties sejam equivalentes a 20% da produção.

Conflitos ameaçam 60 mil índios, estima Funai

Pesquisa realizada pela Funai identificou conflitos entre mineradoras, garimpeiros e índios em 38 terras indígenas. A estimativa é de que aproximadamente 60 mil índios passem por ameaças e conflitos, envolvendo não apenas garimpeiros, mas também madeireiros e fazendeiros. Entre eles estão os mundurucus, no Pará; os cintas-largas, em Rondônia; os ianomâmis e macuxis, em Roraima; e os waimiri-atroari, no Amazonas.

Na Área Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, fronteira com a Venezuela, a presença de grandes jazidas de ouro, urânio e diamante na terra dos macuxis causa constantes invasões de

garimpeiros. No mesmo estado, o ouro e a cassiterita chegaram a atrair 40 mil garimpeiros a partir da década de 80 para a terra dos ianomâmis. Os garimpeiros chegaram a retirar na região até 10 toneladas de ouro por semana. A área é rica também em urânio e nióbio, matéria-prima das fibras óticas.

As invasões provocaram doenças e mortes entre os índios. O governo interveio por diversas vezes para evitar os confrontos, explodindo pistas clandestinas de pouso e retirando garimpeiros.

O estado de Mato Grosso possui cerca de 590 pedidos de autorização de pesquisas geoló-

gicas em terras indígenas, sendo que algumas datam da década de 70. Já ocorreram conflitos entre madeireiros e garimpeiros. A presença de garimpos causou mortes na área Gorotire – subgrupo kaiapó.

Garimpo ilegal provocou 27 mortes em Rondônia

Em Rondônia, os cintas-largas vivem sobre a maior reserva de diamantes do mundo. Em 2004, eles mataram 27 garimpeiros invasores.

O governo interveio e editou a MP que permitiu a venda, pela Caixa Econômica Federal, dos diamantes encontrados em poder dos índios.

VIOLÊNCIA

Referendo sobre armas volta à pauta na Câmara

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, anunciou que irá incluir esta semana, na pauta do Plenário da Casa, o projeto de decreto legislativo (PDC 1.274/04) que regulamenta a realização de referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo e munição no país.

O deputado Raul Jungman (PPS-PE) apresentou na quarta-feira pedido de urgência para a votação do projeto, que havia dez meses tramitava na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados. A expectativa é de que o referendo seja realizado no dia 2 de outubro e para isso já foram assegurados R\$ 210 milhões no Orçamento da União.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o da Câmara, reuniram-se semana passada com o ministro Carlos Velloso, que assumirá novamente amanhã (15) a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com Velloso, o TSE precisa de um prazo mínimo de quatro meses para poder aprovar e baixar as instruções relativas ao referendo. O tribunal deverá fazer experiências, já no referendo, com um novo cartão de identidade eleitoral, idealizado para dar segurança máxima aos pleitos.

Desde o início da campanha pelo desarmamento – julho de 2004 –, foram recolhidas em todo o país cerca de 305 mil armas, quase quatro vezes mais a projeção inicial de 80 mil. Para 2005, o Orçamento da União prevê a execução de R\$ 3,3 bilhões para a segurança pública, recursos que poderão ser reduzidos com o contingenciamento anunciado pelo governo federal.

Desunião familiar e exclusão social agravam a violência

O aumento da criminalidade e da violência estão diretamente relacionados com o cenário social do país, em especial as desigualdades e as bruscas alterações no contexto familiar nas grandes cidades. É a conclusão do pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Daniel Cerqueira.

Segundo a análise, com o aumento da população em 90 milhões de habitantes nos últimos 30 anos, as demandas na área de segurança pública ultrapassaram o previsto por políticas públicas. Os novos desafios não foram enfrentados adequadamente pelos governos. Essas transformações demográficas e outras conturbações urbanas passaram a reproduzir instabilidades no ambiente familiar. O aumento do número de divórcios e separações e a redução da jornada dos pais em casa influenciaram a desorientação vivida por crianças e adolescentes.

– Os jovens ficaram sem orientação e supervisão, por isso estão mais expostos à criminalidade



Renan e a senadora Serys Slhessarenko receberam integrantes do Movimento Maria Cláudia (DF) na rampa do Congresso Nacional

Senado ajudará na campanha

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu os coordenadores dos movimentos Viva Rio e Sou pela Paz e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), preocupados com o possível adiamento da consulta popular para 2006, como defendem alguns parlamentares.

Para Renan, o referendo precisa ser realizado ainda este ano. "Nós aprovamos a proibição da venda de armas. Talvez tenha sido essa a maior conquista do próprio estatuto, mas sua eficácia dependerá da decisão da sociedade por meio do referendo", explicou.

Renan determinou que o Senado utilize sua estrutura de comunicação para defender a realização do referendo. Segundo o presidente, a campanha pelo desarmamento e a vigência do estatuto, desde dezembro de 2003, já provocaram a redução de homicídios

em algumas cidades.

O senador César Borges (PFL-BA), relator do Estatuto do Desarmamento, também se disse preocupado com a demora na votação do projeto. "O Estatuto do Desarmamento instituiu penas rigorosas para o porte ilegal de armas, tipificou o contrabando, valorizou a participação da sociedade e colocou o Brasil no ápice da defesa da vida", concluiu.

Demostenes Torres (PFL-GO) apóia a proibição do porte de arma, mas acha temerário o impedimento da comercialização. "O referendo propõe algo rigoroso, principalmente porque não sabemos se proibir a compra ajudará na diminuição da criminalidade", afirmou.

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) lembrou a divulgação de pesquisas indicando que há uma perda de confiança no desarmamento como solução para a violência.

– explicou o pesquisador.

Cidades americanas (Nova Iorque, Boston e San Diego, por exemplo) perceberam essa situação e começaram a implantar projetos para mudar a realidade. "Com a orientação e supervisão dos jovens, as cidades conseguiram diminuir suas taxas de violência", disse Daniel.

No mesmo estudo, o Ipea analisou 20 anos (1980-2000) de ocorrências de homicídio nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, trabalhando quatro variáveis: adensamento populacional, renda, desigualdade de renda e gastos em segurança pública. A desigualdade sobressaiu em relação às demais.

– Esse é um problema de horizonte político. Não adianta investir em segurança pública mantendo-se um modelo obsoleto – analisou o pesquisador, citando ainda a visão da violência como um mero caso de polícia como o terceiro componente do problema. "O certo seria um modelo de policiamento preventivo", concluiu.



Francisco Pereira

Senador é vítima de assalto à mão armada no ES

"Fui surpreendido, com um revólver na minha cabeça. Humilhado. Deitei ao chão. Olhava para o revólver e via ali a situação de impotência em que me encontrava", relatou o senador Francisco Pereira (PL-ES), suplente do senador Magno Malta (PL-ES), assaltado no último dia 5 de março, em Vitória, capital do Espírito Santo.

Dizendo-se indignado com a violência urbana que toma conta do país, o parlamentar capixaba apresentou diversas idéias para o combate ao crime e a redução da violência.

Principais pontos do Estatuto do Desarmamento

Proibição - O porte de armas de fogo fica proibido em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação.

Registro de armas - Foi criado o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), gerido pela Polícia Federal (PF), para cadastrar as armas produzidas, importadas e vendidas no país.

Quem pode portar armas - Poderão portar armas os integrantes das Forças Armadas, as guardas municipais das capitais e dos municípios a partir de 250 mil habitantes, agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Segurança da Presidência da República, todos os órgãos policiais, agentes e guardas prisionais, de escolta de presos, guardas portuários, agentes de empresas de segurança privada e de transporte de valores, praticantes de esportes com uso de armas de fogo e colecionadores.

Outros registros - Os registros para atiradores, caçadores, colecionadores, integrantes da PF, magistrados e membros do Ministério Público ficarão a cargo do Comando do Exército. Os residentes de áreas

rurais que comprovarem a necessidade da arma para sustento da família poderão ter o porte de armas na categoria "caçador".

Quem pode possuir armas - Para possuir armas e guardá-las em casa, o cidadão deverá ser idôneo, provar necessidade, comprovar capacidade técnica e psicológica e apresentar certidão negativa de antecedentes criminais. Não poderão adquirir armas os menores de 25 anos, com exceção daqueles aos quais já é permitido o porte.

Penas e multas - O tráfico internacional de armas terá pena de quatro a dez anos de reclusão e o comércio ilegal terá pena de quatro a oito anos, sendo aumentada pela metade a pena se a arma for de uso proibido ou restrito. Os integrantes das organizações que podem ter porte de arma também terão pena aumentada pela metade.

Renovação do porte - As autorizações já expedidas de porte de armas expiraram 90 dias após a publicação da lei, e agora devem ser renovadas. Serão proibidas a fabricação e a venda de brinquedos que simulem armas de fogo.

Renan defende revisão nos códigos penal e processual

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu ampla reforma penal e processual no país, como caminho para coibir a violência e diminuir os graves índices de criminalidade. Renan fez a declaração ao receber documento a favor da vida formulado pelo Movimento Maria Cláudia, do Distrito Federal.

Conforme explicou aos líderes do movimento, na rampa externa do Congresso Nacional, o Código Penal, editado na década de 40, já não consegue dar respostas a certos crimes que aumentaram nas últimas décadas em virtude das rápidas mudanças sociais e econômicas ocorridas no país.

– No Brasil, a investigação criminal é horrorosa – ressaltou Renan, que pediu a adoção de novo arcabouço legal que possa unificar a ação da polícia, do

Ministério Público e da Justiça, com mais agilidade.

Na última semana, foram divulgados os resultados da pesquisa "Violência Doméstica contra a Mulher", realizada pelo serviço Alô Senado em 27 capitais brasileiras, que aponta dados inéditos sobre a tipificação e características da violência doméstica contra a mulher no Brasil.

Segundo os números levantados, 54% das entrevistadas consideraram que a legislação brasileira já protege as mulheres, mesmo que de forma parcial. Mas 95% afirmaram que é "importante" ou "muito importante" a criação de leis específicas que proteja mais a mulher brasileira. Para 92% é "importante" ou "muito importante" a discussão sobre os direitos femininos no Congresso Nacional.

Audiência debate apuração da morte de missionária

O general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, participou de audiência na comissão externa especial do Senado que acompanha a apuração do assassinato da missionária Dorothy Stang em Anapu (PA) e afirmou que está sendo feito levantamento de toda a área, "sem maniqueísmos", para que se encontrem as soluções fundiárias, legais e de segurança.

– Temos que trabalhar com o bom senso: legalizar o que for possível e fechar as que atuam de forma predatória – disse, referindo-se às madeiras da região.

Também participaram da audiência pública o secretário nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, e o executor do Incra em Altamira (PA), Bruno Lourenço Kampner.

Já a CPI Mista da Terra aprovou requerimento do deputado João Alfredo (PT-CE) para que seja recomendada ao procurador-geral da República a federalização da investigação e do julgamento "dos crimes cometidos pela Polícia do estado de Goiás" durante despejo do Parque Oeste Industrial, em Goiânia.

COMISSÕES

Oferta de vagas domina debate sobre reforma universitária



Vagas nas universidades públicas poderiam aumentar substancialmente se estados fossem liberados pela União do pagamento de parte das dívidas, defendeu representante dos reitores

As universidades públicas estaduais poderão participar do esforço de expansão da oferta de vagas para o ensino superior, disse o vice-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), José Izecias de Oliveira, ao participar, na quarta-feira, de audiência pública na Comissão de Educação (CE) sobre a proposta de reforma universitária. Izecias sugeriu que os estados sejam liberados pela União de pagar parte do serviço de suas dívidas.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Lemos Petta, apontou “avanços” no anteprojeto,

como a autonomia de gestão financeira, o fim da lista tríplice para a escolha dos reitores e o limite à participação de capitais estrangeiros.

O secretário-executivo da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, afirmou que a proposta deveria buscar a garantia de qualidade para o ensino superior de forma geral e evitar a polarização entre as instituições públicas e privadas.

Na véspera, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) anunciou que não poderia comparecer à audiência e classificou de “equivocado” o envio da proposta

ao Congresso, sem que fosse acompanhada de um projeto de reforma do ensino básico.

– Isso acontece porque existem 15 entidades de defesa das universidades, enquanto as crianças do ensino básico não têm sindicato. Estão atendendo a pressões corporativas e não ao interesse nacional – afirmou Cristovam, que elogiou o ministro Tarso Genro por haver trazido o assunto ao debate.

Cristovam Buarque lamentou que a proposta de criação do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) permaneça parada na Casa Civil da Presidência da República desde setembro de 2004.

Secretário teme “gargalo” na educação

O país poderá sofrer um “gargalo” de recursos humanos, semelhante ao já existente de logística e transportes, se não investir em educação e pesquisa, alertou o secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, para quem a elevação das despesas já no ano passado indica a recuperação da capacidade de investimento do setor.

– Não vejo conflito de visão de longo prazo entre o MEC e a área econômica; o que está em questão é o ritmo em que vai se dar o aumento de recursos – disse Haddad, que destacou como pontos fundamentais do projeto o estabelecimento da autonomia das instituições federais, aliada à subvinculação de 75% dos recursos do MEC (atualmente são 73%), e a regulação das atividades das universidades.

Segundo o secretário, o orçamento executado pelo Ministério da Educação em 2004 foi de R\$ 6,2 bilhões. Para 2005, observou, é de R\$ 7,6 bilhões, dos quais R\$ 7,2 bilhões já estão liberados.



Hélio Costa (C) comanda a primeira audiência pública sobre o projeto de reforma universitária na Comissão de Educação

Costa defende exclusão da DRU

Para o presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), uma das questões mais importantes para o sucesso da reforma do ensino superior será a exclusão do setor de educação da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu a criação de um mecanismo de financiamento, por parte dos bancos privados, de estudantes carentes de universidades particulares.

Para José Maranhão (PMDB-PB), uma boa inserção na economia internacional depende de um compromisso do governo e da sociedade com a formação de cientistas e profissionais qualificados, “capazes de elaborar um projeto nacional de desenvolvimento”.

Augusto Botelho (PDT-RR) questionou a possibilidade de indicação dos reitores das universidades por meio de critérios político-partidários.



Valadares ouve a parlamentar vietnamita Nguyen Thi Hoai sobre os esforços do país no combate à epidemia da Aids

CAS recebe delegação parlamentar do Vietnã

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebeu, na terça-feira (8), uma delegação de parlamentares do Vietnã, chefiada pela congressista Nguyen Thi Hoai Thu, presidente do Comitê de Assuntos Sociais da Assembléia Nacional e membro do Comitê Central do Partido Comunista daquele país. O interesse principal da delegação é conhecer o programa de prevenção e combate à Aids realizado pelo Brasil.

O presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), enfatizou que, pela distribuição gratuita dos medicamentos aos 140 mil portadores da Aids, o Brasil já conseguiu diminuir em 50% o número de mortes anuais pela doença, bem como em 80% o número de internações. Do coquetel de 14 medicamentos,

o Brasil já produz oito. Com a política de quebra de patentes dos medicamentos estrangeiros, o país economiza US\$ 600 milhões anuais.

Ao senador Augusto Botelho (PDT-RR), Nguyen informou que existem 88 mil portadores do vírus HIV no país, nesse momento, tendo havido 8 mil mortes desde o primeiro caso, notificado em 1990. Ela destacou que, depois das campanhas de conscientização da população sobre modos de contágio e medidas de proteção, o preconceito contra os doentes já diminuiu bastante.

Nguyen respondeu ao senador Papaléo Paes (PMDB-AP) que, antes de surgir a doença no Vietnã, o governo já aconselhava o uso da camisinha para diminuir a taxa demográfica, que era alta.

CMA agiliza exame de processos do TCU

Duas propostas do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) foram aprovadas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A intenção, afirmou Quintanilha, é agilizar a forma como as matérias do Tribunal de Contas da União (TCU) são examinadas pela comissão, que lida com um volume muito grande de processos do tribunal.

A partir de agora, a secretaria da CMA fará uma listagem das matérias do TCU pendentes na comissão, que será enviada para exame dos senadores por 15 dias. Depois disso, os processos sobre os quais não houver pedido de exame por



Leomar Quintanilha é o autor das propostas para acelerar análise dos processos

parte de algum senador serão arquivados.

A outra proposta determina que o TCU envie mensalmente à comissão um resumo das deliberações finais e, a cada trimestre, listagem de todas as pessoas inabilitadas para exercer cargo em comissão ou função de confiança na administração federal.

Presidente da Ancine visita Senado

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Hélio Costa (PMDB-MG), recebeu o presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, para debater as atribuições da agência e a formulação de uma nova política do audiovisual. Segundo Dahl, a elaboração da Lei Geral dos Meios de Comunicação deve contemplar a integração do cinema e vídeo com as novas

mídias, como telefonia móvel, DVD e Internet. Ele acredita que a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), atualmente em discussão, não eliminará as atribuições da Ancine, pois as duas entidades poderão atuar de forma conjunta.

Dahl informou que, ainda nesta semana, a CE deverá sabatar indicados para duas diretorias da Ancine.

COMISSÕES

Jucá confirma mudança na MP dos impostos

Em audiência pública na comissão mista que analisa a medida provisória (MP 232/04) que elevou impostos para empresários, prestadores de serviços e agricultores, o relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou que está trabalhando em mudanças no texto da medida. Já foram realizadas três audiências públicas com lideranças empresariais – todas elas contrárias ao texto da medida, que fez subir de 32% para 40% a alíquota do IR para empresas que praticam o sistema de lucro presumido.

– Estamos avançando. Trabalhamos em conjunto com o relator na Câmara (deputado Carlito Meres), discutindo com o governo e setores empresariais envolvidos, e a proposta a ser apresentada, sem dúvida, será melhor que a atual – afirmou Jucá, depois de observar que o aumento de carga tributária é apenas um dos aspectos da MP, que também institui mecanismos para

evitar a sonegação e recursos administrativos e corrige em 10% a tabela de isenção e deduções do Imposto de Renda Pessoa Física.

Na audiência, foram ouvidos os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antonio Ernesto de Salvo, que apresentaram várias queixas, entre as quais as novas limitações aos recursos no Conselho de Contribuintes contra decisões da Receita Federal.

Jucá pretendia concluir seu relatório no fim de semana e explicou que não concorda com a idéia de elevar para acima de R\$ 50 mil o valor das dívidas a partir do qual caberia recurso das decisões administrativas. O relator disse preferir reservar duas das 15 câmaras do conselho para os valores até R\$ 50 mil e as 13 restantes para os valores acima desse limite.

O senador negou que a Receita tenha aceitado aumentar em

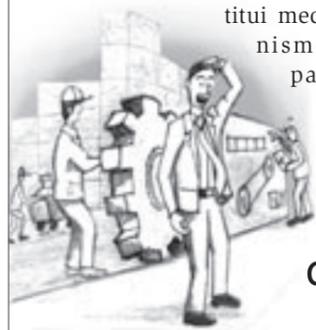


Jucá disse que pretendia concluir o seu relatório no fim da semana passada

dez vezes o limite determinado pelo Executivo para a isenção do recolhimento na fonte do IRPF de agricultores. Fixado originalmente em R\$ 1.164, o limite foi considerado prejudicial aos pequenos agricultores, já que as grandes empresas rurais têm piso de isenção de R\$ 5 mil. Segundo Jucá, as negociações com a Receita em relação a esse ponto estão prosseguindo.

A expectativa é de que o texto seja votado até o dia 31 de março, quando começa a trancar a pauta da Câmara dos Deputados. O presidente da comissão mista, deputado Francisco Dornelles (PP-RJ), informou que as audiências com os representantes da Confederação Nacional dos Transportes, Flávio Benatti, e da Confederação Nacional do Comércio, Gil Siuffo, seriam as últimas.

– Os problemas já foram detectados, e os relatores esclarecidos – sintetizou Dornelles.



Críticas à MP 232

Para as confederações nacionais da Indústria (CNI), da Agricultura (CNA), do Comércio (CNC) e dos Transportes (CNT), a MP 232 provoca:

- aumento da carga tributária
- retenção de não-contribuintes
- antecipação do pagamento de impostos
- perda de concorrência diante do mercado internacional
- mais burocracia e desperdício de recursos
- aumento da informalidade e do desemprego
- redução do ganho do trabalhador e do produtor
- eliminação de possibilidade de recursos aos conselhos de contribuintes



Ministro da Agricultura fala aos senadores

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará na quarta-feira (16), às 10h, audiência pública com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, de acordo com requerimento de autoria do presidente da comissão, Sérgio Guerra (PSDB-PE). Também foi aprovado requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, compareça à comissão, ainda sem data marcada.

Rodrigues vai falar sobre a atuação do ministério, a

conjuntura e perspectivas do agronegócio brasileiro e a organização do ministério.

Na reunião, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou a criação da CRA e afirmou que o Senado precisava de

Comissão quer ouvir também o ministro do Desenvolvimento Agrário

uma comissão específica para a questão agrícola. Sibá Machado (PT-AC) defendeu a criação de uma subcomissão para cuidar da agricultura fami-

liar. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que se crie um grupo para acompanhar propostas que se refiram ao endividamento rural. Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu atenção para os problemas de irrigação



Segundo Sérgio Guerra, ministro Roberto Rodrigues debaterá o agronegócio

do Centro-Oeste.

Aelton Freitas (PL-MG) ressaltou que a CRA vai defender o produtor rural. Osmar Dias (PDT-PR) destacou a situação difícil pela qual a agricultura brasileira passa no momento.

CAE promove debate sobre autonomia do Banco Central

Requerimento propondo a realização de um ciclo de debates sobre a autonomia do Banco Central, bem como a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O autor foi o próprio presidente da comissão, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Serão convidados para as audiências públicas os presidentes dos BCs da Inglaterra, Mervin King; Espanha, Jaime Caruana; México, Guillermo Ortiz; e do Chile, Vitório Corbo. A idéia é que eles discutam a experiência da autonomia de bancos centrais com economistas brasileiros, como os ex-presidentes do BC Afonso Celso Pastore e Carlos Langoni; o ex-diretor do BC Cláudio Haddad, além dos economistas Edmar Bacha, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo e Sérgio Werlang. A intenção é aprofundar o debate



Luiz Otávio quer trazer presidentes de BCs de outros países para audiências

e ouvir todas as correntes do pensamento econômico.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), aplaudiu a iniciativa de realização do ciclo de debates e revelou não ser intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentar, de imediato, projeto sobre o tema. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a autonomia do BC.

CCJ pede informações sobre aplicações no Banco Santos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitando informações ao presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, sobre o valor das aplicações feitas pelo Banco do Nordeste e pelas empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional, e suas respectivas fundações, no Banco Santos, que sofreu intervenção federal no ano passado. O senador César Borges (PFL-BA) chegou a defender a extensão da proposta a todas as entidades federais públicas, mas a aprovação ficou para esta semana.

Alvaro Dias informou que as empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional integram a ad-

ministração indireta do governo do Paraná e, com a intervenção sofrida pelo Banco Santos, houve a suspensão temporária dos resgates de fundos de investimentos, o que fatalmente, observou o senador, causou prejuízos aos cofres estaduais. O mesmo problema, notou, está sendo vivido pelo Banco do Nordeste e outros órgãos da administração pública.

A Comissão de Justiça também aprovou requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitando ao ministro da Fazenda o envio de relação completa com os nomes de todas as empresas envolvidas com jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal (SRF).

Defensor público aprovado por unanimidade

A CCJ aprovou de forma unânime, e por 21 votos, a indicação de Eduardo Flores Vieira para o cargo de defensor público-geral da União, acolhendo parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Flores, após elogiar a contribuição do Senado na reforma do Judiciário, defendeu a necessidade do aparelhamento da Defensoria Pública da União, para que esta possa cumprir sua função de "defesa da dignidade humana e direitos das minorias".

– O defensor público é a voz do necessitado, mas o seu número é insignificante. Temos hoje 92 milhões de carentes e apenas 93 defensores públicos contra cerca de 6 mil juízes estaduais e federais.

Pedro Oliva confirmado como diretor da CVM

Por 13 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção, a CAE aprovou a indicação do advogado Pedro Oliva Marcilio de Sousa, de 32 anos, para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Graduado pela Universidade Federal da Bahia e mestrando em Direito pela Universidade de São Paulo, Pedro Oliva atua na área de Direito societário e mercado de capitais, tendo trabalhado na empresa Machado, Meyer, Sendacz e Opice - Advogados entre 1997 e 2004, os últimos três anos como sócio.

– Pude conhecer os interesses, necessidades e dificuldades dos diferentes participantes do mercado. Acredito que essa experiência possa ser útil à CVM, para enfrentar os novos desafios que ainda estão por vir – afirmou.

COMISSÕES

Morte de crianças indígenas é debatida

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou na quinta-feira (10) a segunda audiência pública sobre a morte de crianças por desnutrição na aldeia indígena de Dourados (MS). O debate contou com a participação de autoridades e lideranças indígenas da região, como o médico e vereador Eduardo Marcondes, e o vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena naquele município, Fernando da Silva Souza.

Para o presidente da comissão, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), as entidades envolvidas com a questão indígena precisam ser reestruturadas. Segundo dados do Sistema de Administração Financeira (Siafi), observou ele, o orçamento de 2004 da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi de R\$ 192,6 milhões, sendo que R\$ 144,9 milhões foram gastos em atividades administrativas e de pessoal, enquanto para atividades nas aldeias, apenas R\$ 47,7 milhões.



Juvêncio da Fonseca, entre Fernando Souza e Eduardo Marcondes, preside audiência na Comissão de Direitos Humanos

Necessidade de mudar a legislação

Durante a audiência, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu que seja formado um grupo de parlamentares para visitar e conhecer a realidade local.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a insensibilidade que está atingindo a sociedade brasileira é resultado da omissão dos homens públicos que não cumprem com suas obrigações.

– O problema tem de ser resolvido de forma definitiva e a legislação precisa ser atualizada – destacou Tebet.

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) também defendeu mudanças na legislação.

– O processo de socialização avança, queiramos ou não, e é preciso acabar com essa discriminação constitucional – afirmou.

Levy prevê estabilidade na economia

A expectativa de inflação para os próximos cinco anos é de estabilidade, sendo que no período a chamada taxa de juros real irá cair, previu na quinta-feira (10) o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, em depoimento na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Para ele, essa expectativa da equipe econômica já começa a se concretizar. É que os papéis nominais emitidos pelo governo com prazo de até cinco anos, “decisão nunca colocada em

prática no país”, estão sendo muito bem recebidos no mercado, demonstrando a confiança dos investidores, “o que era impossível alguns anos atrás”.

Com relação ao aumento da taxa Selic, Levy tentou tranquilizar os parlamentares, observando que ela não é um fator determinante de investimento, ao contrário das taxas de juros de médio e longo prazos,

que, notou, mostram o equilíbrio e a saúde da economia de qualquer país.

O secretário do Tesouro compareceu à CMO para avaliar o cumprimento das metas fiscais de 2004. Ele admitiu que houve aumento dos gastos ao longo do

ano, mas afirmou que o governo tem “uma programação prudente” e não haverá problema de equilíbrio de contas.

Secretário do Tesouro avaliou, na CMO, cumprimento das metas de 2004

Preocupação com brasileiro seqüestrado no Iraque

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores, de autoria do senador Hélio Costa (PMDB-MG), sobre as negociações para a libertação do brasileiro João José Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque.

Foi aprovado ainda voto de solidariedade ao povo iraquiano, “em virtude de estar sob ocupação militar estrangeira”, proposto por Roberto Saturnino (PT-RJ). O texto decidido foi um substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO)

Outro requerimento de informações ao Itamaraty acolhido, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), refere-se às ações implementadas pelo governo brasileiro para identificar os corpos dos brasileiros mortos



CRE aprovou pedido de Hélio Costa de informações sobre andamento das negociações

durante tentativa de ingresso ilegal nos Estados Unidos.

A CRE concedeu parecer favorável ao Projeto de Resolução 48/03, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que cria o Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul.

Ministro da Saúde deve explicar falta de remédio

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) requerimento do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) convidando o ministro da Saúde, Humberto Costa, para prestar esclarecimentos sobre a crise no abastecimento de medicamentos contra a Aids.

A CAS aprovou ainda a criação da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, em lugar da Comissão Temporária da Saúde, que foi extinta. O colegiado será presidido pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

Também foi extinta, no âmbito da CAS, a Subcomissão do Idoso.

Subcomissões da Igualdade Racial e do Idoso

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou a criação de duas subcomissões permanentes: a da Igualdade Racial e Inclusão, por requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), e a do Idoso, que foi instituída por requerimento dos senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Segundo Paim, a Subcomissão da Igualdade Racial irá debater não só temas ligados à questão do negro, mas também às mais diversas minorias. O senador ressaltou que é de sua autoria o Estatuto da Igualdade Racial, que está na Câmara há sete anos e que nos últimos dois anos vem sendo debatido no Senado.

Projetos

Brasileiros que vivem no exterior poderão ter representantes

Os brasileiros que moram no exterior vão poder eleger seus representantes políticos. É o que determina proposta do senador Cristovam Buarque (PT-DF) que cria circunscrições eleitorais para a eleição de representantes dos brasileiros residentes no

exterior (PEC 5/05). “Trata-se não apenas de permitir o voto, mas também de instituir circunscrições especiais, em outros continentes, para eleição de representantes dos brasileiros que residem naquela região”, justificou.

Arrendamento de terras ociosas

Proposta apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) permite que a União determine o arrendamento de até 20% do imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social (PLS 52/05). “O projeto se preocupa com a efetiva utilização, para o aumento da produção de alimentos, de imensas áreas de terra ociosa neste Brasil, onde, infelizmente, ainda existe miséria, fome e subnutrição”, justificou Simon.

Punição para lavagem de dinheiro

Com o intuito de coibir a lavagem de dinheiro, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou diversas propostas. Entre elas, a que obriga as instituições financeiras que enviam dinheiro para o exterior por meio de contas de terceiros, os “laranjas”, a devolverem a quantia enviada aos cofres públicos (PLS 47/05); e a que estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro (PLS 38/05).

Imposto de Importação

Proposta (PEC 4/05) que fixa prazo mínimo de 90 dias para que sejam aplicadas as alíquotas do Imposto de Importação foi apresentada pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM). De acordo com o senador, o prazo é necessário para que o contribuinte não seja surpreendido com aumentos repentinos de um tributo que incidirá sobre mercadoria já contratada no exterior.

Prazo de validade para certidões

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou proposta determinando que as certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração pública, sejam válidas por, no mínimo, seis meses e expedidas no prazo improrrogável de 15 dias, contados do registro do pedido no órgão expedidor (PLS 53/05).

Recursos do FAT para faculdade

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) apresentou projeto a fim de permitir o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de cursos de ensino superior (PLS 60/05). O beneficiário ficaria obrigado, ao término do curso, a prestar trabalhos sociais, como forma de contrapartida.

Novas datas comemorativas

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou propostas que criam o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ser anualmente comemorado em 30 de novembro (PLS 55/05), e o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel, em 29 de novembro (PLS 56/05).

Lista fechada em eleições para vereador

Adoção do sistema de listas fechadas nas eleições para vereador consta do projeto (PLS 59/05) apresentado por José Jorge (PFL-PE). O sistema de listas é um dos pontos mais discutidos da reforma política e, na opinião do senador, é um instrumento para o fortalecimento dos partidos. Pelo novo sistema, em vez de votar no candidato, o eleitor votaria na legenda, que distribui as cadeiras de acordo com uma lista preordenada.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 2 e 8 de março

PLENÁRIO

Viana contesta Maia sobre crise na Saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) fez uma análise da situação em que se encontra a cidade do Rio de Janeiro, com a decretação de calamidade pública na rede hospitalar do município. O senador lamentou a conduta do prefeito César Maia e observou que a União gasta no Rio, por habitante/ano, R\$ 231,93, enquanto o estado aplica R\$ 56,88 e o município, R\$ 105,12.

– Quando olhamos o nosso estado do Piauí, uma gestão do PT, vemos que a União gasta ali R\$ 124,77 por habitante/ano, enquanto no Rio de Janeiro financia R\$ 231,93. Não há argumento para a prefeitura se dizer discriminada pelo governo federal.

Ao decretar o estado de calamidade, o governo federal assumiu a administração dos hospitais Miguel Couto, Souza Aguiar, Andaraí, Lagoa, Ipanema e Cardoso Fontes.

O prefeito César Maia culpa a União pela crise e disse estar aliviado com o decreto. Apesar



CÉLIO AZEVEDO

Tião Viana observa que investimentos federais no Rio, na área da Saúde, estão muito acima dos valores destinados ao Piauí

do seu problema na coluna, ele afirmou que tinha dormido bem, porque o Ministério da Saúde assumiu o controle da situação.

– Isso traz uma preocupação clara para nós. O tratamento dispensado à saúde pública jamais pode ser norteado por esse tipo de comportamento – comentou Tião, sobre a fala do prefeito.

De acordo com o senador, o mi-

nistério tinha sim que tomar uma medida dura e saneadora, tendo agido corretamente ao declarar o estado de calamidade, já que as mediações tentadas não foram compreendidas pela prefeitura.

– Por causa de uma disputa política, a população está pagando – disse Tião, pedindo que Maia esqueça a disputa presidencial e assuma a gestão da cidade.

Alvaro Dias pede garantia de preço mínimo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a imediata aprovação, pelo Congresso Nacional, de lei que garanta aos produtores rurais o efetivo pagamento do preço mínimo fixado para produtos agrícolas, como soja e trigo. Para ele, o contrário é enganar o produtor, “como vem ocorrendo”.

Uma medida como esta, entende o senador, viria dar maior tranquilidade aos produtores, principalmente em momentos difíceis, como o que se verifica agora no Paraná, em que a estiagem prolongada vem causando grandes prejuízos aos agricultores e produzindo reflexos negati-

vos na economia do país.

– Os agricultores se encontram em situação desesperadora por causa da seca. Os prejuízos já ultrapassam R\$ 1,1 bilhão – alertou Alvaro Dias, também voltando a criticar a medida provisória (MP 232/04), que eleva impostos para os produtores rurais. Segundo ele, isso bem demonstra a ausência de sensibilidade do governo diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores.

Para fazer frente à atual crise no Paraná, o senador reforça o pleito de lideranças agrícolas em favor da prorrogação das parcelas de operações de crédito, vencidas e a vencer, em 2005 e



ROOSEVELT PINHEIRO

Alvaro Dias

2006. Ele propõe prorrogar os pagamentos para os dois anos subsequentes aos vencimentos finais dos contratos.

Mozarildo condena ato da Funasa em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) contestou, na sexta-feira (11), a exigência de atestado de vacinação contra febre-amarela, em posto da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para a entrada de cidadãos da Venezuela no município roraimense de Pacaraima, que faz fronteira com o país vizinho.

O parlamentar informou que o intercâmbio de mercadorias entre Roraima e a Venezuela tem sido favorável ao Brasil, registrando um dos melhores resultados na balança comercial, em termos proporcionais.

– Na fronteira, há um intercâmbio permanente entre as populações de Pacaraima e Santa Elena do Uairen, na Venezuela. O Brasil só leva vantagem. A maioria dos produtos que vendemos não existe do outro lado, e a gasolina, em Santa Elena, é um quinto do va-

lor cobrado do lado brasileiro. Nós estamos exportando soja e madeira. Para meu estado, esse intercâmbio é vital.

Mozarildo explicou que a exigência do atestado de vacinação fez com que o país vizinho passasse a exigir também, por reciprocidade, uma série de documentos dos brasileiros para entrada em seu território, inclusive prova de vacina.

– Recentemente, dois generais venezuelanos foram barrados por uma funcionária da Funasa, quando se dirigiam a um restaurante brasileiro – lamentou.

Para o senador, uma solução seria recuar o posto da Funasa 500m da posição atual. Assim, os venezuelanos poderiam circular livremente em Pacaraima, e o atestado seria exigido apenas dos que se dirigissem a outras cidades de Roraima ou a outros estados do Brasil.

José Jorge critica atuação da Petrobras

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou o desempenho da Petrobras nos últimos dois anos. Segundo ele, os dividendos dos acionistas foram reduzidos, embora a empresa venha aumentado os gastos com publicidade, patrocínio de escolas de samba e equipes de corrida de Fórmula 1.

– A extração de petróleo, no ano passado, reduziu-se em 3%. Essa foi a primeira retração desde 1992, o que resultou no crescimento em 62% nas importações de petróleo e derivados. O aumento do lucro de 7%, apresentado como grande resultado pelo governo Lula, é pequeno se comparado ao de outras petrolíferas do mundo.

Paim anuncia visita de Lula ao Sul do país

Ao falar sobre os problemas de produção e emprego provocados pela seca da região central do Rio Grande do Sul, o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à área nesta semana.

O presidente irá acompanhado da comissão interministerial criada para propor soluções para a crise. Parlamentares do estado, Santa Catarina e Paraná também participarão da viagem.

Paim também pediu a inserção nos Anais do Senado do artigo “Um abraço Negro” do jornalista Luis Nassif, publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 10 de março.

Presidência

Renan discute reforma política com presidentes dos partidos

Na quinta-feira (10) o presidente do Senado, Renan Calheiros, realizou a terceira reunião da semana sobre reforma política com presidentes de partidos. Dessa vez compareceram os presidentes dos seguintes partidos: PT, PSB, PPS, PCdoB e PV. A idéia é discutir com os presidentes dos partidos temas sobre a reforma que não são consensuais.

Os principais assuntos debatidos na reunião, de acordo com o relator da matéria na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), foram a cláusula de barreira, também conhecida como cláusula de impedimento, que exige um número mínimo de votos por cada partido; o financiamento público de campanha; e a criação da federação dos partidos.

Estiveram presentes à reunião, além de Caiado, os deputados Renildo Calheiros (PCdoB), Roberto Freire (PPS), Miguel Arraes (PSB), José Genoíno (PT), Renato Casagrande (PSB) e também os presidentes do PCdoB, Renato Rabelo e José Luiz França Penna, do PV.

Na véspera, Renan Calheiros havia tratado da reforma, em segunda rodada, com os presidentes do PL, Waldemar Costa Neto, e do Prona, Enéas Carneiro. Também compareceram o deputado Caiado e o líder do PL na Câmara, Sandro Mabel.

Otimista quanto à aprovação da reforma política, que ainda está tramitando na Câmara, Caiado disse que “a idéia ganhou força com o apoio atual do presidente do Senado”.

Curtas

LEGISLATIVO - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, esteve na quarta-feira (9) com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir apoio da Casa à aprovação de decreto legislativo que aprova acordo de transporte rodoviário de passageiros e cargas entre os governos do Brasil e da República Cooperativista da Guiana.

COMITIVA - Uma comissão de representantes do Partido Comunista Chinês, incluindo parlamentares, reuniu-se na quarta-feira (9) com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para discutir as relações entre aquele país e o Brasil. A China é hoje o segundo parceiro comercial do Brasil, afirmou o líder do PCdoB na Câmara, Renildo Calheiros.

Presidente do STJ visita Senado

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, apoio para que sejam votadas até o início de maio as indicações do tribunal para o Conselho Nacional de Justiça. Ele estava acompanhado do ministro Antônio de Pádua

Ribeiro, indicado para ocupar o cargo de corregedor-geral do conselho.

– Durante muito tempo muita gente falou que tinha medo do controle externo do Judiciário. Nós sempre fomos a favor e o STJ indicou imediatamente os seus três nomes para o Conselho Nacional de Justiça.

Aécio Neves é contra aumento salarial

Se o Congresso Nacional aprovar o projeto que aumenta os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o impacto nas finanças públicas de muitos estados brasileiros será desastroso. Este foi o alerta que o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, levou na terça-feira (8) ao presidente do Senado, Renan

Calheiros, em reunião com as presenças do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, do ex-ministro Eliseu Resende e dos senadores Roseana Sarney (PFL-MA), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Renan informou sobre os avanços na definição da pauta para a reforma política.

PLENÁRIO

Maguito destaca programa de microcrédito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu a atenção dos senadores para o projeto de lei de conversão (PLV 1/05) que cria o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo. Para o parlamentar, o projeto, derivado das mudanças implementadas pela Câmara dos Deputados na Medida Provisória 226/04, é uma "medida inteligentíssima" para aumentar a geração de emprego e renda.

Empresas aéreas podem ser convocadas

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou requerimento para que as companhias aéreas prestem esclarecimentos ao Senado sobre as promoções que vêm realizando nos últimos dias (algumas empresas baixaram os preços das passagens em até 70%), apesar das alegações de crise no setor, e criticou a falta de informações nas propagandas, que estariam confundindo o consumidor.

Paim defende a PEC Paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) apelou à Câmara dos Deputados para que vote a chamada PEC Paralela - que modifica vários pontos da reforma da Previdência -, conforme acordo firmado com o governo no Senado. Paim disse ter assistido a deputados afirmarem, na televisão, que vão votar, mas querem incluir outros setores no acordo. "Desse jeito, não se vota nada. Vote-se a PEC Paralela e, em seguida, a reforma tributária. Não dá para passar a reforma tributária na frente", defendeu. Em apartes, Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que muitas categorias não foram incluídas na PEC Paralela por pressão dos governadores e César Borges (PFL-BA) disse que "estamos praticamente há dois anos esperando o governo, que tem maioria, aprovar a PEC Paralela e a reforma tributária". Edison Lobão (PFL-MA) também cobrou a aprovação da PEC Paralela e lamentou que, apesar de o governo ter instituído a cobrança dos aposentados, a Previdência continue deficitária.

Almeida Lima: TSE deve decidir sobre vereadores

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) solicitou que o Supremo Tribunal Federal analise o mais rápido possível as ações que questionam a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), adotada no ano passado, que reduziu o número de vereadores nas cidades do país. Segundo explicou, após as eleições, e baseados em ações da Justiça comum, centenas de vereadores tomaram posse, considerando o número permitido antes da decisão do tribunal.

Mão Santa pede redivisão territorial do país

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu uma redivisão territorial do Brasil, para que novos estados possam impulsionar o desenvolvimento e contribuir para fixar o homem na sua própria terra. Já tramita no Congresso a criação de vários estados, como Tapajós, Carajás, Gurguéia e Triângulo Mineiro. - Quando eu governei o estado, recebi uma comitiva dos municípios de Cristalândia e Corrente. Eles já pediam para dividir o Piauí e criar o estado do Gurguéia - afirmou.

César Borges critica falta de investimentos

O senador César Borges (PFL-BA) lamentou a queda de investimentos, pelo governo federal, no setor de saneamento.

Baseado em reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o parlamentar informou que o volume de investimentos no setor caiu de R\$ 275 milhões, em 2001, para R\$ 27 milhões, no ano passado. O senador lembrou que o ministro das Cidades, Olívio Dutra, anunciou no Congresso, em julho de 2003, que o governo precisava aplicar R\$ 8,9 bilhões por ano em saneamento, durante 20 anos, para alcançar a universalização do serviço. "Em vez disso, foram aplicados somente R\$ 27 milhões", afirmou.



César Borges

Verbas para as rodovias mineiras

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) recebeu do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, a informação de que o governo federal reservou R\$ 700 milhões para aplicar, neste ano, na recuperação de estradas federais que cortam Minas

Geraias. A notícia foi dada em reunião no Ministério dos Transportes, na quarta-feira (9), da qual o senador participou com a bancada mineira no Congresso Nacional, deputados estaduais e prefeitos da região do Triângulo Mineiro.

Déficit na Petros gera debate em Plenário

O governo do presidente Lula está diante de "uma bomba-relógio, com tempo de detonação prefixado", afirmou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ao definir os "imensos rombos" e desequilíbrios nos fundos de pensão das empresas estatais. Segundo o senador, somente no fundo de previdência da Petrobras (Petros) o déficit chega a R\$ 8,3 bilhões. Somado ao da Caixa Econômica Federal (Funcef), o valor atinge R\$ 10,8 bilhões.

- É importante, necessário e urgente que o governo Lula venha a público e mostre à sociedade a real extensão do desequilíbrio atuarial dos fundos de pensão das estatais. De que forma a Petrobras vai solucionar esse problema do descasamento entre ativos e passivos dos fundos de pensão? E qual será seu impacto fiscal? - perguntou Arthur Virgílio.

O líder do governo, Delcídio



Virgílio (foto) define prejuízo como "imenso rombo", mas Delcídio garante que decisões não afetam a Petrobras

Amaral (PT-MS), atribuiu o déficit atuarial à mudança da média de idade dos beneficiários, que passou para 83 anos. Ele garantiu que as decisões em torno da Petros são transparentes e não afetam a Petrobras, que, sendo uma empresa de capital aberto, tem cada decisão de sua diretoria acompanhada pelos acionistas.

O senador José Agripino

Maia (PFL-RN) disse que esses R\$ 10,8 bilhões são dinheiro público, e se não for é pior ainda, pois está sendo desviado "numa canetada" para alguns funcionários.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) lembrou que o governo diz faltar dinheiro para tudo e não investiu metade do valor dos rombos da Petros e da Funcef. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou a denúncia como "gravíssima" e defendeu a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os déficits nos fundos de pensão das estatais.

Ao fim da sessão, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, virá à Comissão de Assuntos Econômicos no próximo dia 22 para falar aos senadores.

Agripino, José Jorge e Pavan criticam Lula

O governo e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram alvo de críticas dos senadores José Agripino (PFL-RN), José Jorge (PFL-PE) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Agripino criticou o presidente Lula por deixar-se fotografar de mãos unidas com os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, e da Venezuela, Hugo Chávez. Já José Jorge cobrou do governo a reforma ministerial anunciada desde o fim do ano passado, e Pavan criticou a falta de investimentos em infra-estrutura e no setor social.

Para o senador José Agri-

pino, a foto de Lula com Kirchner e Chávez prejudicaria a imagem de Lula e do Brasil junto aos investidores internacionais, uma vez que o argentino "deu o calote" nos credores e o venezuelano "é inimigo declarado" dos Estados Unidos. O parlamentar também censurou o presidente por ter dito que acobertou atos de corrupção do governo Fernando Henrique Cardoso.

O senador José Jorge disse que a reforma é urgente para melhorar o quadro ministerial e ampliar a base de apoio do governo no Congresso. Segun-

do José Jorge, a morosidade do presidente provoca instabilidade no governo.

- Imagine um ministro indo trabalhar sabendo que será demitido - alegou, e sugeriu ainda uma diminuição no número de ministérios.

A redução de investimentos na agricultura, na conservação de estradas e no transporte escolar foi o principal motivo das críticas feitas por Pavan. O parlamentar se referiu à realização da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e disse acreditar que "os prefeitos vão voltar para suas cidades de mãos vazias".

- O governo não está investindo, mas os gastos com o custeio da máquina pública vêm aumentando - ressaltou.

Foto de Lula com Kirchner e Chávez prejudicaria imagem do Brasil

Garibaldi propõe medidas para limitar a edição de MPs

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu a adoção de iniciativas parlamentares que limitem o poder presidencial de editar medidas provisórias. Ele sugeriu que o Congresso identifique os temas mais recorrentes que motivaram a edição de MPs a partir da Emenda Constitucional 32 (que tentou disciplinar a matéria). A partir daí seria feita uma análise sobre a necessidade de impor maior restrição.

- As emendas constitucionais 6 e 7, ambas de 1995, vedaram a utilização de MPs para a regulamentação de dispositivos constitucionais alterados a partir daquele ano. Mesmo assim per-

maneceram as dificuldades no trato das medidas provisórias, que são editadas por deliberação individual do presidente da República, mas dependem de aprovação, alteração ou rejeição do Congresso Nacional - afirmou Garibaldi Alves Filho.

Na avaliação do senador potiguar, muitas vezes o Congresso é incompreendido e acusado sem culpa pela morosidade na aprovação de algumas matérias. Ele lembrou que o grande número de medidas provisórias editadas pelo governo costumeiramente tem trancado a pauta de votações da Câmara e do Senado. Para Garibaldi, a limitação no



Garibaldi Alves

poder de editar MPs contribuiria para resgatar a imagem do Parlamento.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu que a edição de medidas provisórias pelo presidente se resumia a casos determinados, como por exemplo assuntos financeiros ou grandes crises.

PLENÁRIO

Tensão entre MST e Incra em Maceió

Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que a tensão entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está chegando ao limite: o prédio foi ocupado e um carro do instituto queimado durante tumultos em Maceió. A senadora frisou que o MST pleiteia agilidade nos processos de desapropriação e na liberação de créditos.

Remédios grátis para a psoríase

Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a distribuição, pela rede pública de saúde, de medicamentos para o tratamento da psoríase, doença de pele que atinge de 1% a 3% da população mundial (aproximadamente 190 milhões de pessoas) e 5 milhões de brasileiros. De origem inflamatória e crônica, intrinsecamente ligada ao sistema imunológico, a psoríase é uma doença agravada pelo estresse e por fatores genéticos.

Verbas para salvar crianças indígenas

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a "incompetência do governo" na execução orçamentária é uma das grandes responsáveis pela mortalidade infantil, a exemplo do que ocorreu em Dourados (MS). Segundo o senador, do programa Saneamento Rural - no qual estão previstas ações de saneamento básico em aldeias indígenas - apenas 11,4% do total autorizado de R\$ 82,4 milhões no Orçamento de 2004 haviam sido executados até 15 de janeiro de 2005.

Crivella ataca Maia por crise na saúde

A devolução à União de hospitais e postos de saúde municipalizados deve agravar os problemas da saúde no Rio de Janeiro, previu o senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Ele atacou o prefeito César Maia, que, durante a campanha de 2004, teria afirmado existir em caixa R\$ 1 bilhão. Em outro discurso, Crivella revelou estar em marcha nos Estados Unidos um recrutamento de voluntários, via Internet, para "caçar e prender" imigrantes ilegais, principalmente latino-americanos, nas fronteiras com o México.

Raupp celebra vitória no caso do cupuaçu

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou o final da tentativa de biopirataria realizada pela empresa japonesa Asahi Foods, em relação ao cupuaçu (fruto típico da Amazônia). A Cancellation Division, da União Européia, declarou inválido o registro que garantia àquela multinacional o direito exclusivo de uso do nome "cupuaçu".

- Mais do que o cancelamento de uma marca, o que temos a comemorar é o poder que a sociedade civil demonstrou de reagir contra esse tipo de monopolização dos conhecimentos tradicionais e das riquezas amazônicas - afirmou o senador.

Raupp esclareceu que o caso do cupuaçu tornou-se um clássico nas campanhas contra a biopirataria. No fim de 2002, relatou Raupp, os pequenos produtores acreanos reunidos na cooperativa Doces Tropicais descobriram que não poderiam

utilizar o nome da fruta cupuaçu nos produtos dela derivados que pretendiam exportar para os mercados dos países industrializados. O nome da tradicional fruta amazônica estava patenteado pela Asahi Foods para sua subsidiária Cupuaçu Internacional.

O caso, acrescentou o senador, desencadeou reação corporificada na campanha contra a biopirataria "O Cupuaçu é Nosso", liderada pela Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), pela organização acreana Amazolink e pelo Instituto de Comércio e Direito Internacional (Ciited).

Valdir Raupp lembrou que enquanto não caíssem os registros



JOSE CRUZ

Raupp disse que empresa japonesa tentou registrar como sua a marca "cupuaçu"

obtidos pela Asahi Foods, os produtores brasileiros estariam impedidos de comercializar qualquer coisa que usasse o nome cupuaçu.

- Só por isso, a cassação dos registros já representaria motivo de júbilo - comemorou Raupp.

Mozarildo vê saída para a Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) condenou a proposta do economista francês Pascal Lamy, de que a Amazônia seja administrada por um consórcio de países. Mozarildo teme que, com a adoção da idéia, já encampada por vários líderes mundiais, a Amazônia se transforme "numa espécie de Iraque".

Ele lamentou que todo mundo tenha idéias sobre o que não se pode fazer com a floresta, mas não sobre o que pode ser feito.

- Não existe uma inteligência brasileira capaz de formular um plano efetivo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia de uma maneira racional. Entra governo e sai governo, e a floresta é vista como uma espécie de zoológico, que tem que ser preservada, mas preservada para quem? - indagou.

Mozarildo ressaltou que a



ROOSEWELT PINHEIRO

Mozarildo Cavalcanti

questão ambiental e a questão indígena merecem atenção, lembrando que em seu estado o mapa das reservas indígenas coincide com o das reservas minerais, o que torna a relação entre índios e garimpeiros bastante tensa (no ano passado, 29 garimpeiros foram assassinados dentro de uma reserva).

A Medida Provisória 225/04, aprovada na quarta-feira (9),

autoriza a Caixa Econômica Federal a vender diamantes brutos em poder dos índios cintas-largas, por tempo determinado e em caráter excepcional, mas Mozarildo afirmou que isso está longe de ser suficiente.

- Seria necessário regulamentar a exploração racional, em que parte da produção revertesse em benefício dos índios. Mas os países ricos não permitem que projetos nesse sentido sejam aprovados - disse.

Com essas riquezas, enfatizou o senador, o Brasil pagaria sua dívida externa e poderia financiar programas sociais mais avançados, mas sem perder de vista a questão da preservação. Mozarildo voltou a criticar as organizações não-governamentais (ONGs) que ele considera nefastas à preservação e ao progresso da Amazônia, além de inimigas da soberania do Brasil.

Agripino cobra explicações de ministro

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), apresentou requerimento para que o ministro da Saúde, Humberto Costa, compareça ao Senado Federal para explicar os gastos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável pelo programa de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) apresentados pelo senador, a Funasa gastou, em 2004, R\$ 28,8 milhões em viagens e apenas R\$ 8 milhões em remédios para as comunidades indígenas de todo o país.

- Apenas nos dois primeiros meses de 2005, a Funasa já

gastou em viagens R\$ 1,6 milhão contra R\$ 128 mil em remédios. Agora é possível entender por que as estatísticas de mortes de crianças indígenas estão aumentando, especialmente em Mato Grosso do Sul - observou o senador.

José Agripino ainda comentou declaração do ministro da Saúde sobre as mortes de crianças indígenas em Dourados (MS).

- Ele disse que as mortes estão dentro dos números que normalmente acontecem e não toma uma providência, não dá



José Agripino

resposta nenhuma. A vida humana é tratada pelo ministro como coisa de menor importância. O ministro vai ter que vir aqui e prestar contas dos gastos da Funasa com viagens, até para o exterior - afirmou.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, lembrou que não é a primeira vez que o ministro Humberto Costa fala esse tipo de coisas.

- Ele disse que os idosos morrem primeiro, quando se referiu ao tratamento intensivo. Isso é a boquirrotice desse governo - assinalou Arthur Virgílio.

Cristovam pede justiça social

Cristovam Buarque (PT-DF) alertou para a possibilidade de a crise política na Bolívia, onde o presidente Carlos Mesa renunciou ao cargo, se repetir em todo o continente, inclusive no Brasil. "Não há como manter a democracia por muito tempo sem justiça social. Ou se implanta a escravidão para dizer que os excluídos não votam, ou se instala uma ditadura para acabar com as filas, para proibir as notícias e impedir a livre manifestação do povo",

Suplicy elogia solução boliviana

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a solução encontrada para a grave crise política que atingiu a Bolívia (o Congresso rejeitou o pedido de renúncia do presidente Carlos Mesa e firmou um pacto social de governabilidade). "Essa decisão é de grande interesse para o Brasil, pois temos relações de comércio importantes com aquele país", disse Suplicy, que também saudou a posse do novo presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez.

Viana exalta boas relações com Peru

Tião Viana (PT-AC) comemorou os resultados positivos nas relações comerciais entre Brasil e Peru. Em 2001, o Brasil ocupava o 8º lugar entre os parceiros comerciais peruanos. Nos últimos quatro anos, o país subiu duas posições, com exportações de R\$ 981 milhões para o Peru. A expectativa do senador é de que as relações ganhem novo impulso com a construção da chamada Rodovia Bioceânica, que ligaria o Acre ao Peru. O Brasil deve investir R\$ 400 milhões na obra.

Valadares lamenta morte de Paixão

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou o falecimento do ex-deputado estadual sergipano Francisco Vieira da Paixão, aos 86 anos, que ocupou o cargo por 24 anos. "Homem público exemplar, devotado ao seu povo, querido pelos seus amigos, bom pai. Um padrão de comportamento de honradez e de trabalho, cuja passagem na vida pública foi exemplo dignificante de como um homem deve se portar, um espelho a ser seguido pelos mais jovens."

Voz do Leitor

ELEIÇÃO

"Sugiro a apresentação de projeto que proíba a eleição de candidatos que não tenham residência no município no qual concorrem."

Givaldo Borges Dias da Silva, de Marimbondo (AL)

NEPOTISMO

"A administração pública do meu município permite nomeação de parentes para cargos de confiança com altos salários, sendo que os funcionários da prefeitura, em sua maioria, recebem salários vergonhosos. Sugiro a apresentação de um projeto de lei para acabar com o nepotismo no Executivo e no Legislativo."

Humberto Lopes de Moraes, de Guairaçá (PR)

LICENÇA REMUNERADA

"Sugiro a apresentação de projeto para que os funcionários públicos não tenham direito à licença remunerada quando se candidatarem em alguma eleição."

Fábio Persi, de Chonim de Cima (MG)

ANIVERSÁRIO

"Por que ainda não foi apresentado projeto de lei que permita aos trabalhadores brasileiros terem um dia de folga no seu aniversário?"

Valentim Antônio S. Lima, de Cidade da Serra (ES)

ESTRADAS

"Sugiro a apresentação de projeto prevendo aumento de um centavo por litro de combustível. Esse dinheiro

seria utilizado na melhoria das estradas."

Paulo Evangelista da Cunha, de Barueri (SP)

GERAÇÃO DE EMPREGOS

"Gostaria que fosse feita mudança na economia do país no tocante à geração de empregos, principalmente para pessoas acima de 40 anos de idade. É preciso haver maior investimento em infra-estrutura, saneamento e construção de casas, pois recursos para essas áreas são necessários para a geração de emprego."

Adão Gomes, de São João de Meriti (RJ)

FOME ZERO

"Senador Marco Maciel, sou contra o cartão Fome Zero, pois acredito que a criação de novos empregos conseguiria resolver melhor os problemas da população. Também sou contra o aumento de salários, pois quando isso ocorre, o preço das mercadorias sobe e elas continuam inacessíveis à população. Não adianta aumentar o salário se o poder de compra diminuir. Penso que a melhor solução seria controlar a inflação e deixar o salário no valor que está."

Cícero Acelino da Silva, de Jurema (PE)

LEGISLAÇÃO PENAL

"Senador Paulo Paim, sugiro aumentar o tempo máximo de privação de liberdade na legislação penal brasileira para mais de 30 anos."

José Ramos Andrade da Silva, de São José do Jacuípe (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

POLICIAIS MILITARES

Erinaldo Sousa dos Santos, de São Luís (MA)

Senador Edison Lobão, desejo saber se é legal policiais militares prestarem serviços a empresas privadas.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

Caro Erinaldo, os policiais militares estão impedidos, por regulamentos, de prestar serviços extras a empresas privadas. No entanto, sabe-se que, na maioria dos estados, há muita tolerância em relação ao assunto, em virtude dos baixos salários desses policiais.



15 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Antônio Francisco da Silva, de Barras (PI)

Gostaria de saber o que está sendo feito no Senado Federal para celebrar os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e de que forma a sociedade irá participar dessa comemoração neste ano.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) responde:

Prezado Antônio Francisco da Silva, como coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado, tenho procurado organizar as ações em prol dos nossos meninos e meninas, numa estreita parceria com a sociedade civil. E, nas comemorações dos 15 anos do ECA, não será diferente. Já estamos elaborando um calendário de mobilizações com a ajuda das entidades governamentais e não-governamentais que têm se dedicado arduamente à defesa dos direitos da população infanto-juvenil. Uma das idéias é organizar grande ato público, com a participação de crianças e adolescentes, no Congresso Nacional e em todas as assembleias legislativas do País. A nossa intenção é que essas manifestações ocorram na mesma hora e no mesmo dia para que, ao mesmo tempo, possamos refletir sobre as vitórias obtidas nesses 15 anos e sobre os desafios que ainda temos pela frente.



VOTO DE LEGENDA

Rafael Laurence Lacerda Costa, de Araguaçu (TO)

Senador Leomar Quintanilha, gostaria de saber se na reforma política o voto de legenda será extinto.

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) responde:

O voto de legenda é o voto do partido. O candidato recebe o voto que é contado para o partido. Esse sistema tem provocado algumas injustiças. Seguramente, sua extinção será discutida. Não posso assegurar, contudo, que isso venha a ocorrer. Creio que teremos em breve proposta de reforma política mais ampla. É aguardar para ver.



Frases

"Imagine o ministro indo trabalhar, sabendo que será demitido: nem o contínuo abre a porta para ele"

José Jorge, que defendeu urgência na reforma ministerial para evitar instabilidade no governo.

"A vida, muitas vezes, não tem tempo para formulários. E mesmo a esperança, que tudo espera, às vezes também se desespera com a burocracia"

Teotonio Vilela, criticando a burocracia do Ministério da Integração Nacional para decretar estado de emergência nos municípios atingidos pela seca.

"O Brasil é um país padrasto para com as mulheres"

Demostenes Torres, na sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

"Isso significa que há uma agressão a cada 15 segundos no Brasil"

Fátima Pacheco Jordão, socióloga, em entrevista à TV Senado sobre a pesquisa "Violência doméstica contra a mulher", realizada pelo Alô Senado.

"A estrutura administrativa do Brasil é uma lástima. O Piauí, por exemplo, é disforme, é comprido, é quase como o Chile. Cabem 12 Sergipes lá dentro"

Mão Santa, ao defender uma redivisão territorial para o país.

"Com as emendas parlamentares, os deputados e senadores têm passado por vendedores de ilusões"

Eduardo Siqueira Campos, lamentando que as emendas são apresentadas, aprovadas e empenhadas, mas não são pagas pelo Executivo.

"Não existe arma do bem e do mal. A arma existe para tirar uma vida humana"

César Borges, ao cobrar urgência na aprovação do referendo contra a venda de armas no país.



Foto da Semana

Como forma de protesto contra o aumento da violência no país, o artista plástico goiano Siron Franco montou uma enorme cruz no gramado em frente ao Congresso Nacional. Em sua instalação, Siron utilizou fotos de pessoas assassinadas e reportagens sobre casos de violência. A iniciativa integrou as atividades para o lançamento do Movimento Maria Cláudia pela Paz, na última terça-feira (8), em Brasília



ROSE BRASIL/ABR

Para matar a saudade de Elis Regina

A cantora Elis Regina, que completaria 60 anos em 2005, é o destaque da programação cultural da Rádio Senado, no programa *Escala Brasileira*, que vai ao ar na quinta-feira, às 23h, com reprise no sábado, às 20h.

O especial apresenta depoimentos da cantora e de outros artistas, parte do DVD *Elis MPB Especial*, de 1973, relançado pela gravadora Trama.

Elis Regina nasceu em Porto Alegre em 17 de março de 1945 e faleceu em 1982. Tornou-se conhecida nacionalmente em 1965, ao sagrar-se vencedora do I Festival de Música Popular Brasileira da TV Excelsior. Em seguida gravou *Dois na Bossa*, ao lado de Jair Rodrigues, com

tal êxito que nos anos seguintes foram lançados os volumes 2 e 3. Com Jair Rodrigues apresentou um dos programas musicais mais importantes da música brasileira, *O Fino da Bossa*, estreado em 1965 na TV Record. Elis foi a primeira intérprete a gravar músicas de alguns compositores que se tornariam consagrados, como Milton Nascimento, Ivan Lins e Belchior.

Conexão Senado debate reforma sindical

A reforma sindical, um dos principais projetos da agenda política de 2005, é o tema do programa de debates *Conexão Senado*, que a rádio apresenta nesta segunda-feira, às 13h. Encaminhada pelo Executivo à Câmara em 2 de

março, o texto foi elaborado com a participação do Fórum Nacional do Trabalho, formado por representantes de empresários, trabalhadores e governo.

A idéia do fórum era produzir um projeto que pudesse ser o mais consensual possível, trabalho consolidado na proposta de reforma que começa a ser discutida pelos deputados.

Apesar da busca da harmonia, ainda há muitas divergências em relação ao texto em tramitação e à implementação da reforma, cujos principais pontos são: o fim da unicidade; a negociação coletiva em todos os níveis; a especificação de critérios de representatividade; e novos me-



Elis Regina

ARTE: CIRILO QUARTIM

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

ESPECIAL



Foi inaugurada na quinta-feira, na entrada da Ala Alexandre Costa do Senado, a Galeria das Senadoras da República, com fotos das parlamentares, que lutam e lutaram pela causa feminina. A inauguração foi prestigiada pelas senadoras Roseana Sarney, Ana Júlia, Serys e Heloísa Helena, além das primeiras-damas do Brasil e da Bolívia, Marisa Leticia e Elvira Mesa, e da esposa do vice-presidente, Mariza Gomes.

Descubra o rico acervo da biblioteca do Senado

A biblioteca do Senado Federal oferecerá ao público, a partir desta segunda-feira, visitas guiadas para o conhecimento de seu acervo e de suas instalações. No mesmo dia, terá início pesquisa com os usuários visando melhorar a qualidade dos serviços prestados. A programação especial foi organizada para marcar o Dia do Bibliotecário, comemorado em 12 de março.

– O bibliotecário, por vezes de maneira invisível, está presente na produção de conhecimento, apoiando as pesquisas legislativas. Por isso, a valorização desse profissional é necessária e merecida – afirmou a diretora da biblioteca, Simone Vieira.

A data é uma homenagem ao dia do nascimento de Manuel Bastos Tigre, engenheiro e bi-

bliotecário pioneiro da profissão no Brasil, que trouxe para o país as mais modernas regras de classificação de obras literárias existentes no mundo.

Fundada em 1826, a biblioteca do Senado é considerada uma das maiores do país nas áreas de Ciências Sociais, Ciência Política e Direito, com mais de 550 mil volumes e 2,7 milhões de recortes de jornal. É a coordenadora de rede virtual (RVBI) que reúne outras 14 bibliotecas do Legislativo, Executivo e Judiciário, sediadas em Brasília. O agendamento das visitas guiadas pode ser feito pelo telefone 311-1196. O acesso a milhares de referências e documentos na íntegra também pode ser feito pela Internet, no endereço eletrônico www.senado.gov.br/sf/biblioteca.

Legislativo acompanha comitê da TV digital

O grupo de trabalho sobre TV digital formado por consultores legislativos do Senado recebeu autorização do Ministério das Comunicações para ter acesso às reuniões do Grupo Gestor do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Os consultores estudam o assunto desde dezembro de 2004, e em fevereiro apresentaram o primeiro relatório à Comissão de Educação (CE) e à 1ª Secretaria do Senado. O objetivo é reunir informações para subsidiar os senadores nas deliberações de projetos que deverão ser apreciados sobre a nova tecnologia.

O Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso Nacional, também irá reivindicar o direito de ter representantes no comitê interministerial da TV digital.

O debate será ainda aprofundado na CE, segundo anunciou no discurso de posse seu novo presidente, senador Hélio Costa (PMDB-MG).

A passagem da TV do sistema analógico para o digital representará a introdução de novo tipo de aparelho de comunicação no mercado. A chamada “convergência tecnológica” é um processo que torna difícil a distinção entre televisão, computador ou

Padrões de TV digital em desenvolvimento no mundo

ATSC (Advanced Television System Committee)
Desenvolvido por um grupo de empresas dos Estados Unidos com ênfase na qualidade da imagem. Adotado pelos Estados Unidos, Canadá, Argentina, Coreia do Sul e Taiwan.

DVB (Digital Video Broadcasting)
Desenvolvido por grupos europeus e presente na União Europeia, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia.

ISDB (Integrated Services Digital Broadcasting)
Desenvolvido pelo grupo japonês Dige's (Digital Broadcasting Experts Group). Tecnicamente o mais avançado, é o único a permitir o uso em todas as aplicações, inclusive Móvel. Indicado para regiões metropolitanas, com transmissão por meio de uma rede de pequenas antenas.

Padrão Chinês
Ainda sem denominação, a China vem realizando testes com cinco padrões de transmissão digital terrestre.

telefone celular.

De acordo com Mauro Oliveira, secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, o processo de introdução da TV digital deverá levar em conta o “fenômeno” da televisão aberta no Brasil. Presente em 90% dos lares, ela pode constituir, segundo Oliveira, um mecanismo de acesso da população a serviços digitais e a informações diferenciadas.

Com a TV digital, haverá a possibilidade de que sejam quadruplicados os atuais canais de televisão por emissora, o que deverá levar ao debate sobre o

conteúdo da programação, segundo alertou o grupo de consultores do Senado em seu primeiro relatório.

– O que o Estado vai decidir em relação a essa sobra de espaço? – indaga o consultor Igor de Freitas, secretário do grupo. Uma das sugestões, disse, poderia ser um acordo entre o governo federal e as emissoras para que sejam disponibilizados conteúdos diferentes da programação normal.

Prazo para definir modelo é dezembro

O SBTVD é liderado pelo Ministério das Comunicações e conta com a participação de outros ministérios e representantes da sociedade civil. O prazo do Comitê de Desenvolvimento para definição do padrão a ser adotado no país acaba de ser prorrogado pelo governo federal para 10 de dezembro deste ano.

As pesquisas envolvem 79 instituições, selecionadas por licitação, e mais de 1.200 pesquisadores. Até o fim do ano, o governo deve investir R\$ 65 milhões nessas pesquisas, com recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Até agora foram repassados R\$ 19,5 milhões.

Conheça o Senado

Contribuição dos senadores para a transição democrática

Nesta semana, os senadores realizam sessão especial para relembrar a redemocratização do Brasil, marcada pela eleição indireta do então senador Tancredo Neves, em janeiro de 1985.

Tancredo não chegou a ocupar o cargo, pois morreu em função de uma diverticulite agravada por infecção hospitalar. A morte do primeiro presidente civil depois de 20 anos de ditadura militar comoveu o país. A Presidência acabou sendo ocupada pelo vice-presidente, José Sarney, que também era senador, e os militares foram afastados do poder.

O processo de retorno à democracia, no entanto, foi iniciado dez anos antes, na gestão do presidente Ernesto Geisel, que

assumiu em 1974 com a promessa de promover uma “distensão lenta e gradual”.

A atuação do senador Petrônio Portella durante o período merece destaque. O parlamentar conversou com diversos setores e buscou entendimentos para o fim do Ato Institucional 5. Na avaliação do jurista Raimundo Faoro, a atuação de Portella foi “a pedra angular para viabilizar a transição do regime autoritário para a normalidade democrática”.

O senador foi indicado para o Ministério da Justiça do governo de João Baptista Figueiredo, que assumiu em 1979 com o intuito de finalizar a transição para a democracia. Portella morreu antes do fim da ditadura, mas seu trabalho prosseguiu



Senador Petrônio Portella, ministro da Justiça no governo Figueiredo, exerceu papel relevante na busca de entendimentos para a volta à democracia

com outros parlamentares, como o senador Teotônio Vilela. Apelidado de Menestrel das Alagoas, Teotônio percorreu o país em defesa da Lei da Anistia.

Durante o período, destaca-se ainda

a atuação de outros senadores, como Auro de Moura Andrade, Milton Campos, Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, Josaphat Marinho, Nelson Carneiro e Afonso Arinos, entre outros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Estatuto garante direitos ao torcedor

Mais segurança, informação e respeito ao público que frequenta eventos esportivos. É isso o que prevê o Estatuto de Defesa do Torcedor, em vigor desde maio de 2003, quando a Lei 10.671 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A norma trouxe, entre outras novidades, a figura do ouvidor da competição, encarregado de receber queixas e sugestões contra a organização e a arbitragem. Os dirigentes esportivos também estão sujeitos a novas e mais severas penalidades. Conheça o estatuto nesta edição.



Clube com o mando de jogo e seus dirigentes são responsáveis por todos os prejuízos causados ao torcedor devido à falta de segurança

Nova lei amplia responsabilidades

Informação

- * O regulamento, as tabelas da competição e o nome do ouvidor da competição devem ser divulgados com até 60 dias de antecedência. O torcedor pode apresentar propostas e sugestões num prazo de dez dias e o regulamento definitivo da competição deve estar disponível 45 dias antes do seu início.

- * As entidades desportivas são obrigadas a divulgar, em *site* exclusivo na Internet e do lado externo de todas as entradas do local do evento, a íntegra do regulamento dos torneios, as tabelas da competição, os borderôs completos das partidas, a escalação dos árbitros e a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local.

- * A renda obtida pelo pagamento de ingressos e o número de espectadores pagantes e não-pagantes devem ser divulgados pela organização do evento durante a realização da partida.

- * Os estádios devem ter orientadores e serviços de atendimento para receberem reclamações dos torcedores e prestarem esclarecimentos.

Arbitragem

- * Os juizes devem ser escolhidos por sorteio público entre aqueles previamente selecionados, com 48 horas de antecedência.

- * O árbitro e seus auxiliares devem entregar, em até quatro horas contadas do término da partida, a súmula e os relatórios da partida ao representante da entidade responsável pela competição.

Segurança

- * O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas. A responsabilidade pela segurança é da entidade detentora do mando de jogo e de seus dirigentes.

- * A entidade organizadora da competição, o clube com o mando de jogo e seus dirigentes são responsáveis por todos os prejuízos causados ao torcedor devido à falta de segurança.

- * Cabe à entidade organizadora da competição contratar seguro de acidentes pessoais para cada torcedor. O seguro será válido a partir do momento em que o torcedor entrar no estádio.

- * Torcedores envolvidos em tumultos e atos de violência devem ser impedidos de entrar nos estádios ou estar nas proximidades por prazos que vão de três meses a um ano. Seus nomes devem ser afixados do lado externo dos estádios.

- * Os estádios com capacidade superior a 20 mil pessoas devem ter uma central técnica de informações, com infra-estrutura para monitorar por imagens o público presente. Câmeras de vídeo devem ser espalhadas pelo estádio e instaladas junto às catracas eletrônicas, para controlar a entrada e a saída dos torcedores.

Saúde e higiene

- * As instalações dos estádios e os produtos alimentícios vendidos no local devem obedecer a normas de higiene e qualidade e têm de ser fiscalizados pelos

órgãos públicos de vigilância sanitária. Os estádios devem ter banheiros em número compatível com a sua capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento.

- * É proibido impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos comercializados no local de realização do evento esportivo.

- * É dever da entidade responsável pela organização da competição disponibilizar um médico, dois enfermeiros-padrão e uma ambulância para cada 10 mil torcedores presentes à partida.

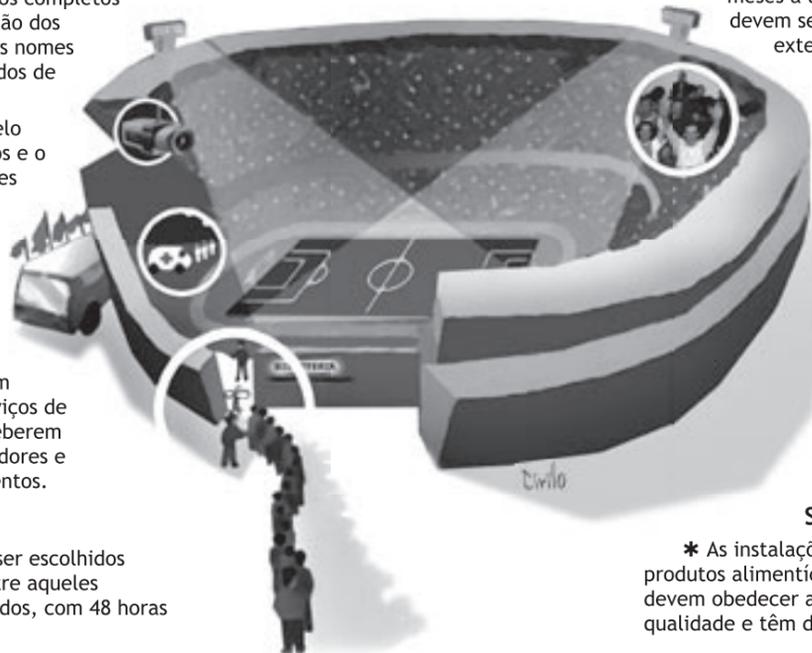
Ingressos

- * Com no mínimo 72 horas de antecedência, os ingressos devem ser vendidos em pelo menos cinco postos de venda em diferentes distritos da cidade, no caso de competições nacionais e regionais de primeira e segunda divisões. Para os jogos em que as equipes tiverem sido definidas por jogo eliminatório, o prazo passa a ser de 48 horas.

- * Todos os ingressos têm de ser numerados. É obrigatória a emissão de comprovante de venda e é direito do torcedor que conste no ingresso o preço pago por ele.

Transporte

- * Deve ser assegurado ao torcedor transporte seguro e organizado. Os portadores de deficiência devem ter o acesso facilitado. A entidade organizadora deve divulgar amplamente as providências tomadas em relação ao acesso ao local da partida, seja em transporte público ou privado.



Onde reclamar

Em caso de denúncias ou reclamações, o torcedor deve procurar o Procon ou o Ministério Público do seu estado. Abaixo, os telefones e os endereços nas capitais.

Acre

Procon: (68) 223-7000
Ministério Público: 0800-90-2078
www.mp.ac.gov.br

Alagoas

Procon: (82) 315-1792
www.procon.al.gov.br
Ministério Público: (82) 336-6060
www.mp.al.gov.br

Amapá

Procon: (96) 223-3023 e 223-3019
Ministério Público: (96) 212-1700
www.mp.ap.gov.br

Amazonas

Procon: 0800-92-1512
Ministério Público: 0800-92-0500
www.mp.am.gov.br

Bahia

Procon: (71) 321-4228
www.bahia.ba.gov.br/sjdh/procon
Ministério Público: (71) 324-6400
www.bahia.ba.gov.br/ministerio

Ceará

Procon: 080-85-8001
Ministério Público: 0800-85-8001
www.pgj.ce.gov.br

Distrito Federal

Procon: 1512
www.procon.df.gov.br
Ministério Público: (61) 343-9500

www.mpdf.gov.br

Espírito Santo

Procon: (27) 3381-6239
www.vitoria.es.gov.br/procon/procon.htm
Ministério Público: (27) 3224-4500
www.mpes.gov.br

Goiás

Procon: 1512 (Disque Denúncia)
www.procon.goias.gov.br
Ministério Público: (62) 251-7535
www.mp.go.gov.br

Maranhão

Procon: (98) 231-0021
Ministério Público: (98) 219-1600
www.pgj.ma.gov.br

Mato Grosso

Procon: 1512
Ministério Público: 0800-647-1700
www.pgj.mt.gov.br

Mato Grosso do Sul

Procon: (67) 724-7106 e 724-4105
www.procon.ms.gov.br
Ministério Público: (67) 318-2000
www.mp.ms.gov.br

Minas Gerais

Procon: (31) 3335-9245
Ministério Público: (31) 3330-8100
www.mp.mg.gov.br

Pará

Procon: 1512 (Disque Denúncia)
Ministério Público: (91) 210-3400
www.mp.pa.gov.br

Paraíba

Procon: 0800-281-1512
www.procon.pb.gov.br
Ministério Público: (83) 218-6000
www.pgj.pb.gov.br

Paraná

Procon: 0800-41-1512
www.pr.gov.br/proconpr
Ministério Público: (41) 219-5000
www.mp.pr.gov.br

Pernambuco

Procon: (81) 3221-2938
Ministério Público: (81) 3419-7000
www.mp.pe.gov.br

Piauí

Procon: (86) 222-5570
Ministério Público: (86) 222-5570
www.mp.pi.gov.br

Rio de Janeiro

Procon: 1512
www.consumidor.rj.gov.br
Ministério Público: (21) 2550-9050
www.mp.rj.gov.br

Rio Grande do Norte

Procon: (84) 212-1218
Ministério Público: (84) 232-7130
www.mp.rn.gov.br

Rio Grande do Sul

Procon: (51) 3286-8200
www.procon.rs.gov.br

Ministério Público: (51) 3287-8008
www.mp.rs.gov.br

Rondônia

Procon: (69) 224-1487 e 224-4738
Ministério Público: (69) 216-3700
www.mp.ro.gov.br

Roraima

Procon: (95) 624-1217 e 623-2068
Ministério Público: (95) 621-2900
www.mp.rr.gov.br

Santa Catarina

Procon: (48) 216-1518
Ministério Público: (48) 229-9000
www.mp.sc.gov.br

São Paulo

Procon: 1512 (Disque Procon)
www.procon.sp.gov.br
Ministério Público: (11) 3119-9000
www.mp.sp.gov.br

Sergipe

Procon: 0800-703-7979
Ministério Público: (79) 216-2400
www.mp.se.gov.br

Tocantins

Procon: 1512 (Disque Denúncia)
(63) 218-2061 e 218-2301
Ministério Público: (63) 218-3500
www.mp.to.gov.br

Informações

Ministério do Esporte

Tel.: (61) 217-1800
Ouvidoria
Esplanada dos Ministérios,
Bloco "A", sala 752
70.054-906 Brasília (DF)
ouvidoria@esporte.gov.br
www.esporte.gov.br

Confederação Brasileira de Futebol - CBF

Tel.: (21) 3535-9610 e 3535-9681
cbfnews.uol.com.br

Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU

Tel.: (61) 447-1113
www.cbdu.com.br

Confederação Brasileira de Voleibol

Tel.: (21) 3970-9200
www.volei.org.br

Confederação Brasileira de Futebol de Salão

Tel.: (85) 3454-1966
www.cbfs.com.br

Comitê Olímpico Brasileiro

Tel.: (21) 3806-2323
www.cob.org.br

Comitê Paralímpico Brasileiro

Tel.: (61) 3031-3030
www.cpb.org.br

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE

Tel.: (61) 331-9980
www.cbce.org.br

Instituto Gol Brasil

Tel.: (61) 3053-6959
www.golbrasil.org.br